

**RELATÓRIO DE REVISÃO  
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**DO**

**MUNICÍPIO DE ÉVORA**

**2016**

**ABRIL DE 2017**

## Índice

1. OPINIÃO COM RESERVAS.....	3
2. BASES PARA A OPINIÃO COM RESERVAS .....	3
3. ÊNFASES .....	4
4. RESPONSABILIDADES .....	4
5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	6
6. TRABALHO EFETUADO (SINTESE) .....	7
6.1 Execução orçamental.....	9
6.1.1 Orçamento .....	9
a) Orçamento inicial .....	10
b) Modificações do Orçamento .....	10
c) Receitas .....	11
d) Despesas .....	12
e) Fundos disponíveis .....	13
f) Despesa comprometida por pagar e para os exercícios futuros .....	14
g) Equilíbrio Orçamental .....	15
6.1.2 Execução do plano plurianual de investimentos .....	18
6.1.3 Execução do plano de atividade municipal .....	18
6.2 Análise Patrimonial.....	19
6.2.1 Balanço.....	19
a) Ativo .....	19
b) Fundos próprios .....	20
c) Passivo.....	20
d) Endividamento .....	21
6.2.2 Demonstração dos resultados.....	22
6.3 Análise das Principais Contas .....	23
6.3.1 Imobilizado.....	23
a) Bens de domínio público, Imobilizado incorpóreo e corpóreo e Investimentos financeiros .....	23
b) Amortizações.....	25
6.3.2 Existências.....	26
6.3.3 Dívidas a receber.....	26
6.3.4 Disponibilidades .....	32
6.3.5 Acréscimos e diferimentos ativos .....	33

6.3.6 Fundo patrimonial .....	33
6.3.7 Passivos antes de acréscimos e diferimentos .....	34
6.3.8 Acréscimos e diferimentos passivos.....	38
6.3.9 Provisões para cobranças duvidosas e contingências .....	40
6.3.10 Custos e perdas .....	41
Conta 61 – CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS .....	41
Conta 62 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS .....	42
Conta 63 – TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES.....	43
Conta 64 – CUSTOS COM O PESSOAL .....	43
Conta 66 – AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO .....	44
Conta 65 – OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS .....	44
Conta 68 – CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS .....	45
Conta 69 – CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIAS .....	45
6.3.11 Proveitos e ganhos .....	46
Conta 71 – VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	46
Conta 72 – IMPOSTOS E TAXAS .....	47
Conta 74 – TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS OBTIDOS .....	48
Conta 78 – PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS.....	48
Conta 79 – PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS.....	49
7. RÁCIOS, ENDIVIDAMENTO, PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO E RECEBIMENTOS EM ATRASO .....	49
7.1 Indicadores de Gestão.....	49
7.2 Endividamento/Dívida Total.....	50
7.3 Pagamentos em atraso, Prazo Médio de Pagamento e Recebimentos em atraso .....	51
8. CONTABILIDADE DE CUSTOS.....	52
9. PROPOSTAS .....	53
10. OUTROS FACTOS .....	54
11. AGRADECIMENTOS .....	56



**ROSÁRIO, GRAÇA  
& ASSOCIADOS  
SROC, LDA.**

MUNICÍPIO DE ÉVORA

EXERCÍCIO DE 2016

**REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**1. OPINIÃO COM RESERVAS**

Auditámos as demonstrações financeiras do **Município de Évora**, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2016, (que evidencia um total de **204.482.799,61€** e um total de fundos próprios de **107.826.876,87€**, incluindo um resultado líquido negativo de **3.337.287,79€**), a Demonstração dos resultados por naturezas e os Mapas de execução orçamental (que evidenciam um total de **72.783.155,71€** de despesa paga e um total de **77.313.739,25€** de receita cobrada líquida) do exercício findo naquela data, e os correspondentes anexos.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Município, em 31 de dezembro de 2016, o seu desempenho financeiro, os fluxos de caixa e a execução orçamental relativos ao ano findo naquela data de acordo com o referencial contabilístico assente no POCAL, o qual é aplicável às autarquias locais.

**2. BASES PARA A OPINIÃO COM RESERVAS**

Não são conhecidas demonstrações financeiras referentes à participada Évora Regis. Nas contas do Município, o valor da participação está evidenciado ao custo, ajustado por constituição de provisão no mesmo valor da participação (24.500€). Todavia, dado que a percentagem detida é significativa (49%), o desconhecimento das referidas demonstrações financeiras não permite avaliar eventuais responsabilidades a assumir por parte do Município de Évora, para além das registadas a título de provisão para riscos e encargos, num total de 397.851,24€.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

### 3. ÊNFASES

Sem afetar a opinião acima, entendemos ser de relatar que:

- O Município não apresenta pagamentos em atraso. Face a 2015, apresenta um aumento de 26 dias, no prazo médio de pagamento, revelando 526 dias de atraso.
- O Município não cumpre a arrecadação da receita em 85%. Todavia no ano de 2016, conseguiu melhorar significativamente este indicador, passando a apresentar uma execução de 81,61%.
- Apresenta excesso de dívida, tendo-se verificado que se assistiu a uma redução de dívida de 2,8 milhões de euros (- 3,56%), face a 2015 e no triénio de 2014 a 2016, verifica-se uma redução de 9,4 milhões de euros. A variação do excesso da dívida foi de menos 21,05%. Todavia importa ainda ter em consideração que as demonstrações financeiras apresentam um valor elevado ao nível das provisões para riscos e encargos, situação que em sede de conclusão dos processos em curso, pode vir a representar dívida efetiva.
- De forma esperada, face ao processo de saneamento financeiro levado a cabo pelo Município, neste exercício passou a não dar cumprimento à regra de equilíbrio orçamental.
- Apresenta fundos disponíveis positivos a partir do mês de agosto.
- Dando continuidade aos procedimentos de contabilização dos compromissos futuros, apresenta declaração dos compromissos plurianuais existentes no final do exercício, no total de 81 milhões de euros.
- No balanço, as dívidas a terceiros, no que concerne a empréstimos bancários e outros credores, encontram-se desagregadas face à sua exigibilidade a curto prazo (até 12 meses) e a médio e longo prazo (> 12 meses) de acordo com as regras contabilísticas.

### 4. RESPONSABILIDADES

O órgão executivo do Município é responsável pela:

- elaboração e aprovação as demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística aplicável ao Setor Autárquico decorrente do POCAL
- elaboração e aprovação do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade da Entidade de dar continuidade às atividades e tomar as medidas adequadas ao seu cumprimento.

O órgão deliberativo é responsável por apreciar e votar o processo de prestação de contas e divulgação da informação financeira do Município.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executámos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Município;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão executivo de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Autárquico adotada em Portugal através do POCAL;
- concluímos, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Município para dar continuidade às suas atividades. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Autárquico adotada em Portugal através do POCAL; e

- comunicamos entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## **5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

No cumprimento do disposto no DL n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro e suas alterações, o Município prepara as demonstrações financeiras, nos termos do POCAL, devendo elaborar, os seguintes documentos:

- Balanço;
- Demonstração dos resultados;
- Mapas de execução orçamental;
- Anexo às demonstrações financeiras; e
- Relatório de Gestão.

Dando satisfação à nomeação de revisor oficial de contas para a qual fomos contratados, procedemos ao exame das demonstrações financeiras referidas no ponto 1. deste relatório, para além dos restantes documentos de prestação de contas.

Realçamos, o esforço quanto ao cumprimento dos requisitos necessários à aplicação das exigências contabilísticas e outras relacionadas com a legislação aplicável aos Municípios.

### **Princípios orçamentais e contabilísticos, critérios de valorimetria e regras de execução orçamental**

Importa destacar que este tema é o mais relevante para efeitos da tradução da posição financeira e do resultado das operações do Município. Sobre estes aspetos, podemos afirmar que temos vindo a assistir a uma melhoria na forma de revelar os factos contabilísticos, que merecem continuidade.

O Município encontra-se sujeito a princípios orçamentais e contabilísticos, critérios de valorimetria e regras de execução orçamental, conforme previsto nos pontos 3.1, 3.2, 4 e 2.3.4. do POCAL. Apresenta ainda o ponto 2.6 as especificidades do tratamento contabilístico das operações orçamentais.

Nestes termos nenhuma despesa pode ser autorizada ou paga sem que:

- a) o facto gerador da obrigação da despesa respeite as normas legais aplicáveis;
- b) a despesa a realizar disponha de inscrição orçamental, tenha cabimento na respetiva dotação e esteja adequadamente classificada;

- c) a despesa a realizar só possa ser comprometida depois de verificada a existência de fundos disponíveis para o seu pagamento atempado, nos termos da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto Lei n.º 127/2012, de 21 de junho); e
- d) a despesa em causa satisfaça o princípio de economia, eficiência e eficácia.

Do ponto de vista da contabilidade patrimonial a aplicação do princípio da especialização dos exercícios (ou do acréscimo), conduz a que não possam ser reconhecidos custos ou proveitos de um exercício noutro exercício, pelo que a contabilização de faturas de terceiros correspondentes a despesas de anos anteriores, não podem afetar os custos do exercício em causa.

Isto significa dizer-se que no âmbito orçamental todas as despesas devem ser “comunicadas ao orçamento”, devendo o mesmo comportar tais valores e no tocante à contabilidade patrimonial, não se podem contabilizar em custos, faturas com datas anteriores ao exercício em curso.

Assim, todas as faturas com data de 2016, apesar de terem dado entrada nos serviços do Município, no início do exercício de 2017, devem ser consideradas para efeitos do encerramento de contas do exercício de 2016.

Cabe destacar a legislação, decorrente da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro de 2012, que “Aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas”.

## **6. TRABALHO EFETUADO (SINTESE)**

Do trabalho efetuado e das conclusões que nos foi possível obter, apresentamos nos capítulos seguintes os comentários que consideramos relevantes. Todos os valores estão expressos em euros.

O nosso trabalho incluiu, entre outros aspetos, o seguinte:

- (1) Reuniões com os Membros do Órgão Executivo e outros responsáveis, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários.
- (2) Foram efetuados procedimentos de revisão e auditoria que incluem:
  - Verificação da consistência das peças contabilísticas sobre as quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão Executivo, utilizadas na sua preparação;
  - Apreciação da fiabilidade das asserções constantes da informação financeira;
  - Apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias e o normativo aplicável – POCAL;



- Análise documental, por amostragem, da execução orçamental da despesa e da receita por recurso à verificação de Ordens de Pagamento e Guias de Receita e confrontação da documentação analisada com classificações patrimoniais;
- Análise documental, por amostragem, de processos de aquisição de bens e serviços, realizadas no exercício, verificando o cumprimento dos requisitos dos normativos aplicáveis relativamente à contratação pública;
- Apreciação do saldo registado em tesouraria com referência a 31 de dezembro de 2016;
- Análise e teste das reconciliações bancárias preparadas pelo Município e confirmação direta a extratos emitidos pelas Instituições Financeiras;
- Análise e testes dos movimentos ocorridos nos contratos de empréstimos, e sua conciliação por confirmação direta a extratos das Instituições Financeiras e mapa de responsabilidades do Banco de Portugal;
- Confirmação direta e por escrito junto de Terceiros, análise e teste das conciliações efetuadas, com referência a 31 de dezembro de 2016;
- Solicitação à divisão jurídica, de informações sobre processos em curso, litígios ou ações judiciais pendentes;
- Análise documental, numa base de amostragem, dos principais movimentos do exercício, aquisições/ abates/alienações, nas rubricas de imobilizações;
- Apreciação dos critérios de amortizações praticados, nomeadamente a sua concordância com a Portaria 671/2000, de 17 de Abril – CIBE (Cadastro de Inventário dos Bens do Estado) e teste aos respetivos cálculos;
- Verificação numa base de amostragem dos principais movimentos do exercício na rubrica de imobilizações em curso;
- Análise dos critérios de reconhecimento e valorização dos investimentos financeiros e validação da necessidade de ajustamentos para fazer face à desvalorização comparativamente ao valor dos capitais próprios das participadas, com referência a 31 de dezembro de 2016;
- Análise e teste dos vários elementos de custos e proveitos, perdas e ganhos registados no exercício, com particular atenção ao cumprimento do princípio da especialização dos exercícios;
- Análise e verificação documental, dos valores em aberto na rubrica de acréscimos e diferimentos;
- Verificação do valor acrescido na rubrica de proveitos, respeitantes a 2016, que a Autarquia têm direito a arrecadar e cuja liquidação e recebimento apenas ocorrerá no decorrer do exercício de 2017;
- Verificação do método adotado para a contabilização das participações recebidas para aquisição e ou construção de bens imobilizáveis, bem como da sua transferência para proveitos e indiretamente para resultados;
- Análise das situações que justificam a constituição de provisões para redução de ativos, para passivos e/ou responsabilidades contingentes ou para outros riscos;



**ROSÁRIO, GRAÇA  
& ASSOCIADOS  
SROC, LDA.**

- Verificação dos montantes constantes no final do exercício nas rubricas de Estado e outros entes públicos e verificação da sua regularização no exercício seguinte, através da verificação dos respetivos documentos de pagamento;
- Análise e verificação documental das variações nos saldos das diversas rubricas que compõem os Fundos próprios;
- Apreciação e acompanhamento do processo de inventariação de armazéns;
- Apreciação do prazo médio de pagamento, pagamentos em atraso, fundos disponíveis e dos limites da dívida, no final do exercício de 2016;
- Apreciação do equilíbrio orçamental;
- Apreciação da informação financeira efetuada ao longo do exercício;
- Apreciação do Balanço Social de 2016 e Relatório sobre o Plano Corrupção sobre o ano de 2016;
- Outros procedimentos de auditoria considerados apropriados e relevantes, atendendo às circunstâncias e à realidade e natureza das transações e saldos a analisar.

Procedeu-se à avaliação da situação financeira do Município considerando o disposto na Lei n.º73/2013, de 3 de setembro, que entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 2014, bem como de outras disposições legais aplicáveis à Entidade.

Ainda nos termos da alínea i), do n.º 1, do art.º 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Executivo Camarário, em Reunião Extraordinária de 19 de abril de 2017, delibera sobre a aprovação dos documentos de Prestação de Contas relativas ao exercício de 2016, bem como ainda delibera, remeter os documentos de Prestação de Contas à Assembleia Municipal, para apreciação e votação.

## **6.1 Execução orçamental**

### **6.1.1 Orçamento**

A contabilidade orçamental visa fundamentalmente o registo e o controlo da execução do orçamento, quer no que se refere às operações relativas à execução orçamental, quer à execução de direitos e obrigações de exercícios anteriores, quer quanto a compromissos assumidos cuja despesa e pagamento devam ocorrer em exercícios futuros.

Nas contas de controlo orçamental, são registadas as operações contabilísticas correspondentes à execução do orçamento até ao momento em que são criados os débitos ou créditos relativamente a terceiros, articulando-se com a contabilidade patrimonial através da conta #25 – Devedores e credores pela execução do orçamento, da classe 2 – Terceiros, do Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais (POCAL).

Relativamente ao ano de 2016, solicitaram-se os mapas relativos ao orçamento inicial e suas modificações, bem como os mapas de execução das Grandes opções do plano, do Plano plurianual de investimento e das Ações mais relevantes, dos quais foi possível retirar as conclusões abaixo apresentadas.

Todos os mapas de execução acima referidos deverão permitir o controlo da execução orçamental, sendo que os mesmos são produzidos informaticamente pelo sistema através do apuramento de lançamentos contabilísticos efetuados no decorrer do exercício e para o período em análise.

**a) Orçamento inicial**

O orçamento inicial apresenta uma variação negativa em cerca de 900 mil euros.

<b>RECEITAS</b>	<b>PREVISIONAL INICIAL</b>					<b>VARIAÇÃO 2016/2015</b>	<b>VARIAÇÃO 2016/2012</b>
	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>		
Correntes	72 161 520	74 500 000	73 791 222	82 376 385	81 869 510		
Capital	30 145 841	28 350 000	19 362 836	6 373 615	6 030 490		
Outras	150 000	150 000	65 942	50 000			
<b>TOTAL</b>	<b>102 457 361</b>	<b>103 000 000</b>	<b>93 220 000</b>	<b>88 800 000</b>	<b>87 900 000</b>	<b>-900 000</b>	<b>-14 557 361</b>

<b>DESPESAS</b>	<b>PREVISIONAL INICIAL</b>				
	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
Correntes	72 161 520	74 500 000	73 791 222	68 084 086	70 671 222
Capital	30 295 841	28 500 000	19 428 778	20 715 914	17 228 778
<b>TOTAL</b>	<b>102 457 361</b>	<b>103 000 000</b>	<b>93 220 000</b>	<b>88 800 000</b>	<b>87 900 000</b>

**b) Modificações do Orçamento**

As alterações orçamentais revelam uma variação positiva de cerca de 6,8 milhões de euros, passando as previsões corrigidas para o valor de 94.732.811 €.

<b>PREVISIONAL</b>		<b>VARIAÇÃO</b>
<b>INICIAL</b>	<b>CORRIGIDO</b>	
<b>87 900 000</b>	<b>94 732 811</b>	<b>6 832 811</b>

Em termos comparativos, podemos verificar o desempenho da execução orçamental nos mapas abaixo apresentados.

c) **Receitas**

Nas receitas o grau de execução é de 81,61%, representando a receita corrente 74,92 % e a receita de capital 90,03%.

RECEITAS	2012	2013	2014	2015	PREVISIONAL		2016
					INICIAL	CORRIGIDO	
					2016		
Correntes	31 797 497	32 907 224	37 457 015	37 299 505	81 869 510	53 955 510	40 371 405
Capital	9 080 236	31 741 188	11 983 327	4 842 574	6 030 490	38 516 490	34 678 186
Outras	95 467	31 008	4 141 666	1 081 888		2 260 811	2 264 149
<b>TOTAL</b>	<b>40 973 200</b>	<b>64 679 420</b>	<b>53 582 008</b>	<b>43 223 967</b>	<b>87 900 000</b>	<b>94 732 811</b>	<b>77 313 739</b>
<b>GRAU DE EXECUÇÃO</b>	39,99%	62,78%	55,04%	48,10%			81,61%
Corrente	44,06%	44,17%	50,76%	45,28%			74,82%
Capital	30,12%	111,96%	61,89%	75,98%			90,03%
Outras	63,64%	17,42%	98,81%	96,76%			100,15%

A execução da receita ficou abaixo do limite de 85%, embora muito próximo e com melhoria significativa face aos anos anteriores. O limite referido é o atualmente considerado como referência para situações de alerta precoce de desvios, nos termos do disposto no art.º 56º, nº 3, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, normativo que enquadra a Lei das Finanças Locais e que se encontra em vigor desde 1 de janeiro de 2014.

Tal facto merece ajustamento em alta do valor da receita corrente, para que a regra de equilíbrio se verifique, para além de redução da despesa corrente. Para o efeito é necessário melhorar a eficiência e eficácia na arrecadação da receita corrente.

No que concerne à arrecadação da receita, é de referir que no exercício foram desencadeados procedimentos importantes, tendo sido dado um passo relevante para melhorar este indicador. Importa manter a continuidade destes procedimentos, para além da implementação de outros que se venham a identificar como positivos para o benefício e melhoria da situação financeira do Município.



**ROSÁRIO, GRAÇA  
& ASSOCIADOS  
SROC, LDA.**

O controlo orçamental da receita segue a seguinte estrutura:

	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO CORRIGIDA	1º SEM 2016 VALOR	40,60% %	DOTAÇÃO CORRIGIDA	2016 VALOR	74,82% %
<b>RECEITA CORRENTE</b>	<b>81 869 510</b>	<b>49 369 510</b>	<b>20 045 371</b>	<b>40,60%</b>	<b>53 955 510</b>	<b>40 371 405</b>	<b>74,82%</b>
- IMI	6 561 000	6 561 000	3 365 284	51,3	6 561 000	7 254 301	110,6
- IUC	1 214 000	1 214 000	608 976	50,2	1 214 000	1 177 162	97,0
- IMT	1 795 500	1 795 500	1 987 142	110,7	1 795 500	2 911 104	162,1
- Derrama	832 000	832 000	398 458	47,9	832 000	1 435 695	172,6
- Impostos abolidos	5 000	5 000		0,0	5 000		0,0
- Impostos directos diversos	1 000	1 000		0,0	1 000		0,0
Impostos indirectos	138 500	138 500	198 265	143,2	138 500	312 375	225,5
Taxas, multas e outras penalidades	4 074 649	4 074 649	2 071 778	50,8	4 072 649	2 950 414	72,4
Rendimentos de propriedades	36 000	36 000	1 664	4,6	36 000	16 041	44,6
Transferências correntes	15 939 640	15 939 640	7 353 716	46,1	15 939 640	15 180 982	95,2
Venda de bens e prestação de serviços	6 605 500	6 605 500	3 519 517	53,3	6 607 500	8 506 332	128,7
Outras receitas correntes	44 666 721	12 166 721	540 571	4,4	16 752 721	626 999	3,7
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>	<b>6 016 490</b>	<b>38 516 490</b>	<b>1 174 510</b>	<b>3,05%</b>	<b>38 516 490</b>	<b>34 678 186</b>	<b>90,03%</b>
Venda de bens de investimento	628 500	628 500	181 282	28,8	628 500	272 526	43,4
Transferências de capital	5 382 990	5 382 990	991 578	18,4	5 382 990	1 898 460	35,3
Ativos financeiros	5 000	5 000	1 650	33,0	5 000	7 200	144,0
Passivos financeiros		32 500 000		0,0	32 500 000	32 500 000	100,0
Outras receitas de capital							
<b>OUTRAS RECEITAS</b>	<b>14 000</b>	<b>2 260 811</b>	<b>2 264 149</b>	<b>100,15%</b>	<b>2 260 811</b>	<b>2 264 149</b>	<b>100,15%</b>
Reposições não abatidas aos pagamentos	14 000	14 000	17 338	123,8	14 000	17 338	123,8
Saldo da gerência anterior		2 246 811	2 246 811	100,0	2 246 811	2 246 811	100,0
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>87 900 000</b>	<b>90 146 811</b>	<b>23 484 030</b>	<b>26,05%</b>	<b>94 732 811</b>	<b>77 313 739</b>	<b>81,61%</b>

**d) Despesas**

Quanto à despesa a mesma assume um grau de execução de 76,83%, tendo a despesa corrente atingido um grau de execução de 80,55% e a despesa de capital com 60,09%.

DESPESAS	2012	2013	2014	2015	PREVISIONAL		2016
					INICIAL	CORRIGIDO	
					2016		
Correntes	29 772 296	43 845 107	40 914 909	31 424 064	70 671 222	77 504 033	62 430 889
Capital	11 405 288	16 708 745	11 598 950	10 871 179	17 228 778	17 228 778	10 352 266
<b>TOTAL</b>	<b>41 177 584</b>	<b>60 553 852</b>	<b>52 513 859</b>	<b>42 295 243</b>	<b>87 900 000</b>	<b>94 732 811</b>	<b>72 783 156</b>
<b>GRAU DE EXECUÇÃO</b>	<b>40,19%</b>	<b>58,77%</b>	<b>53,95%</b>	<b>47,06%</b>			<b>76,83%</b>
Corrente	41,26%	58,83%	52,51%	45,44%			80,55%
Capital	37,65%	58,63%	59,70%	48,98%			60,09%

De seguida apresenta-se a desagregação da despesa pelas classificações mais relevantes:

	DOTAÇÃO INICIAL		DOTAÇÃO CORRIGIDA		1º SEM 2016 VALOR %		DOTAÇÃO CORRIGIDA		2016 VALOR %	
<b>DESPEZA CORRENTE</b>	<b>70 671 222</b>	<b>72 918 033</b>	<b>15 909 230</b>	<b>21,82%</b>	<b>77 504 033</b>	<b>62 430 889</b>	<b>80,55%</b>			
Despesas com pessoal	18 868 317	18 868 467	9 274 235	0,5	18 493 467	17 744 882	1,0			
Aquisição de bens e serviços	43 323 322	43 426 727	4 896 486	0,1	48 280 587	37 112 876	0,8			
Juros e outros encargos	5 651 151	5 651 151	1 042 093	0,2	6 634 151	4 549 387	0,7			
Transferências correntes	2 086 290	2 041 866	448 491	0,2	1 955 847	1 018 110	0,5			
Outras despesas correntes	742 142	2 929 822	247 926	0,1	2 139 981	2 005 635	0,9			
<b>DESPEZA DE CAPITAL</b>	<b>17 228 778</b>	<b>17 228 778</b>	<b>2 929 989</b>	<b>17,01%</b>	<b>17 228 778</b>	<b>10 352 266</b>	<b>60,09%</b>			
Aquisição de bens de capital	12 573 432	12 573 432	686 819	0,05	12 566 432	5 945 693	0,47			
Transferências de capital	1 104 834	1 104 834	232 748	0,21	1 104 834	850 647	0,77			
Ativos financeiros	215 346	215 346	107 673	0,50	215 346	215 346	1,00			
Passivos financeiros	3 335 166	3 335 166	1 902 749	0,57	3 342 166	3 340 581	1,00			
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>87 900 000</b>	<b>90 146 811</b>	<b>18 839 220</b>	<b>20,90%</b>	<b>94 732 811</b>	<b>72 783 156</b>	<b>76,83%</b>			

Ao nível da execução destaca-se nas despesas correntes as rubricas de despesas com o pessoal e aquisição de bens e serviços, com um total de despesa paga no montante de cerca de 55 milhões de euros, num total de 62 milhões de euros. Quanto às despesas de capital destacam-se as aquisições de bens de capital e os passivos financeiros.

**e) Fundos disponíveis**

Foi compilada a informação reportada mensalmente para o portal autárquico, quanto aos fundos disponíveis e compromissos assumidos, a qual em termos agregados se apresenta no quadro seguinte:

	FUNDOS DISPONÍVEIS	COMPROMISSOS ASSUMIDOS	FUNDOS DISPONÍVEIS APÓS COMPROMISSOS	COMPROMISSOS ASSUMIDOS PAGAMENTOS	COMPROMISSOS ASSUMIDOS POR PAGAR
<b>JANEIRO</b>	6 844 682		6 844 682		
<b>FEVEREIRO</b>	9 770 589	37 184 010	-27 413 421	2 423 643	34 760 366
<b>MARÇO</b>	14 889 057	40 015 650	-25 126 593	4 980 829	35 034 821
<b>ABRIL</b>	18 019 387	44 249 890	-26 230 503	8 316 223	35 933 667
<b>MAIO</b>	32 533 161	47 529 278	-14 996 117	10 975 800	36 553 478
<b>JUNHO</b>	35 622 824	52 863 609	-17 240 785	13 862 555	39 001 054
<b>JULHO</b>	44 419 330	58 319 493	-13 900 162	18 839 220	39 480 273
<b>AGOSTO</b>	79 300 846	62 213 803	17 087 043	22 864 641	39 349 162
<b>SETEMBRO</b>	79 924 360	65 360 005	14 564 355	25 779 573	39 580 432
<b>OUTUBRO</b>	82 174 465	71 957 663	10 216 802	50 786 760	21 170 902
<b>NOVEMBRO</b>	88 014 450	83 441 658	4 572 792	57 370 632	26 071 026
<b>DEZEMBRO</b>	93 188 712	90 326 080	2 862 632	67 095 284	23 230 796

f) Despesa comprometida por pagar e para os exercícios futuros

Quanto aos compromissos assumidos e não pagos no exercício, somam o montante de 90.998.136,81€, sendo que 80.952.746,45€ são relativos a compromissos de exercícios futuros, conforme quadro abaixo, apresentando-se ainda os mesmos dados comparativamente a 2014 e 2015.

31/12/2016						COMPROMISSOS DO EXERCÍCIO E FUTUROS					
		ASSUMIDOS		PAGOS NO ANO	POR PAGAR						
	ANO	FUTUROS	ANO		FUTUROS						
CORRENTES	71 566 976,56	15 756 356,88	62 430 889,30	9 136 087,26	15 756 356,88						
CAPITAL	11 261 569,51	65 196 389,57	10 352 266,41	909 303,10	65 196 389,57						
<b>TOTAL</b>	<b>82 828 546,07</b>	<b>80 952 746,45</b>	<b>72 783 155,71</b>	<b>10 045 390,36</b>	<b>80 952 746,45</b>						
	<b>163 781 292,52</b>			<b>90 998 136,81</b>							

31/12/2015						COMPROMISSOS DO EXERCÍCIO E FUTUROS					
		ASSUMIDOS		PAGOS NO ANO	POR PAGAR						
	ANO	FUTUROS	ANO		FUTUROS						
CORRENTES	61 041 880,60	13 785 827,85	31 424 063,58	29 617 817,02	13 785 827,85						
CAPITAL	12 654 341,47	40 413 584,08	10 871 179,29	1 783 162,18	40 413 584,08						
<b>TOTAL</b>	<b>73 696 222,07</b>	<b>54 199 411,93</b>	<b>42 295 242,87</b>	<b>31 400 979,20</b>	<b>54 199 411,93</b>						
	<b>127 895 634,00</b>			<b>85 600 391,13</b>							

31/12/2014						COMPROMISSOS DO EXERCÍCIO E FUTUROS					
		ASSUMIDOS		PAGOS NO ANO	POR PAGAR						
	ANO	FUTUROS	ANO		FUTUROS						
CORRENTES	65 884 569,23	18 141 546,10	40 914 908,63	24 969 660,60	18 141 546,10						
CAPITAL	15 049 909,93	46 324 635,59	11 598 950,27	3 450 959,66	46 324 635,59						
<b>TOTAL</b>	<b>80 934 479,16</b>	<b>64 466 181,69</b>	<b>52 513 858,90</b>	<b>28 420 620,26</b>	<b>64 466 181,69</b>						
	<b>145 400 660,85</b>			<b>92 886 801,95</b>							

Na despesa comprometida para exercícios futuros, e de forma a dar cumprimento ao estipulado no POCAL, encontram-se registados cerca de 81 milhões de euros, merecendo este processo acompanhamento e registo a todo o momento.

		2017	2018	2019	SEGUINTE
2	<b>COMPROMISSOS FUTUROS</b>	6 414 911,38	7 616 129,48	6 471 791,17	60 449 914,42
0		7,92%	9,41%	7,99%	74,67%
1		<b>80 952 746,45</b>			
6					

		2016	2017	2018	SEGUINTE
2	<b>COMPROMISSOS FUTUROS</b>	7 620 780,82	5 224 397,94	5 100 265,77	36 253 967,40
0		14,06%	9,64%	9,41%	66,89%
1		<b>54 199 411,93</b>			
5					

		2015	2016	2017	SEGUINTE
2	<b>COMPROMISSOS FUTUROS</b>	11 905 432,58	6 556 024,38	5 073 597,19	40 931 127,54
0		18,47%	10,17%	7,87%	63,49%
1		<b>64 466 181,69</b>			
4					

**g) Equilíbrio Orçamental**

Apesar da regra do equilíbrio orçamental se ter alterado, face ao disposto na nova Lei das Finanças Locais, considerámos importante manter a análise anteriormente em vigor, pelo que podemos dizer que a receita corrente é inferior à despesa corrente (RC < DC), facto justificado pelo processo de saneamento financeiro, concretizado no exercício.

	2012	2013	2014	2015	2016
$\frac{\text{RECEITA CORRENTE}}{\text{DESPEZA CORRENTE}}$	1,07	0,75	0,92	1,19	0,65



Todavia a partir de 1 de janeiro de 2014, face ao exposto no art.º 40º, da nova lei das finanças locais, o apuramento do equilíbrio orçamental, assenta nas seguintes premissas:

<p>Receita corrente bruta cobrada</p> <p>=&gt;</p> <p>Despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo</p>
--

Apesar da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, só se aplicar ao exercício de 2014, procedeu-se ao apuramento do equilíbrio orçamental, para os exercícios de 2012 a 2016, para efeitos comparativos, apresentando-se o mesmo conforme segue.

O cálculo das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo foi apurado nos termos do previsto no nº 4, do artigo 40º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, conjugado com o disposto no artigo 83º da mesma Lei, tendo-se apurado os seguintes valores:

<b>BASE</b>	<b>PARA</b>	<b>AMORT.MÉDIAS</b>
2011	2012	7 671 018
2012	2013	7 356 323
2013	2014	6 090 800
2013	2015	3 366 346
2013	2016	2 668 740

Para o referido cálculo não foram considerados os empréstimos contraídos no exercício, uma vez que consideramos que estes só irão ter impacto no exercício de 2017. Todavia para avaliação do seu impacto, o valor das amortizações médias irá aumentar em 2017, para um valor próximo dos 5 milhões de euros o que faz com que o incumprimento sofra um agravamento considerável, conforme expresso na coluna a verde no quadro em seguida.

Face aos valores apurados para o cálculo do equilíbrio orçamental para os períodos identificados, concluímos verificar-se desequilíbrio orçamental. Este indicador era esperado, face ao processo de saneamento financeiro que o Município desencadeou e que teve a sua execução em 2016.



	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2016	
1.	Receita corrente bruta cobrada	31 797 497	32 907 224	37 457 015	37 299 505	40 371 405	40 371 405
2.	Despesa corrente	29 772 296	43 845 107	40 914 909	31 424 064	62 430 889	62 430 889
3.	Amortização média de emp.M/L.Prazo	7 671 018	7 356 323	6 090 800	3 366 346	2 668 470	4 990 168
4. = 2. + 3.	<b>TOTAL</b>	37 443 314	51 201 430	47 005 709	34 790 410	65 099 359	67 421 058
5. = 1. - 4.	<b>EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL</b>	-5 645 817	-18 294 206	-9 548 694	2 509 096	-24 727 954	-27 049 653
6.	Receita corrente líquida (1)	31 797 497	32 907 224	37 457 015	37 299 505	40 371 405	40 371 405
7. = 6. x 5%	5% do valor da receita corrente totais	1 589 875	1 645 361	1 872 851	1 864 975	2 018 570	2 018 570
8. = 5. + 7.	<b>Incumprimento/Cumprimento no equilíbrio orçamental</b>	<b>-4 055 942</b>	<b>-16 648 845</b>	<b>-7 675 843</b>	<b>4 374 071</b>	<b>-22 709 384</b>	<b>-25 031 082</b>
		INCUMPRIMENTO	INCUMPRIMENTO	INCUMPRIMENTO	CUMPRIMENTO	INCUMPRIMENTO	INCUMPRIMENTO

### 6.1.2 Execução do plano plurianual de investimentos

Da análise ao mapa de execução do PPI, constata-se que a execução atingiu um grau, em termos anuais de 60,26% e uma execução global de 26,28%.

	MONTANTE PREVISTO			MONTANTE EXECUTADO		GRAU DE EXECUÇÃO		
	ANO	ANOS SEGUINTE	TOTAL	ANOS ANTERIORES	ANO	TOTAL	ANUAL	GLOBAL
<b>FUNÇÕES GERAIS</b>	<b>1 019 973</b>	<b>1 745 000</b>	<b>2 764 973</b>		<b>322 018</b>	<b>322 018</b>	<b>31,57%</b>	<b>11,65%</b>
- Serv. Gerais Adm. Pública	1 018 750	1 745 000	<b>2 763 750</b>		322 018	<b>322 018</b>	31,61%	11,65%
- Segurança e Ordem Pública	1 223		<b>1 223</b>					
<b>FUNÇÕES SOCIAIS</b>	<b>3 593 038</b>	<b>1 112 300</b>	<b>4 705 338</b>		<b>442 105</b>	<b>442 105</b>	<b>12,30%</b>	<b>9,40%</b>
- Educação	1 613 139	27 300	<b>1 640 439</b>		214 872	<b>214 872</b>	13,32%	13,10%
- Segurança e Ações Sociais	35 598		<b>35 598</b>		2 138	<b>2 138</b>	6,00%	6,00%
- Habitação e Serviços Coletivos	1 717 041	120 000	<b>1 837 041</b>		195 153	<b>195 153</b>	11,37%	10,62%
- Serv. Culturais Rec. Religiosos	227 260	965 000	<b>1 192 260</b>		29 943	<b>29 943</b>	13,18%	2,51%
<b>FUNÇÕES ECONÓMICAS</b>	<b>6 548 693</b>	<b>2 300 000</b>	<b>8 848 693</b>		<b>5 154 759</b>	<b>5 154 759</b>	<b>78,71%</b>	<b>58,25%</b>
- Indústria e Energia	1 291 668	800 000	<b>2 091 668</b>		258 577	<b>258 577</b>	20,02%	12,36%
- Transportes e Comunicações	373 808	1 500 000	<b>1 873 808</b>		38 450	<b>38 450</b>	10,29%	2,05%
- Comércio e Turismo	13 717		<b>13 717</b>		7 236	<b>7 236</b>	52,75%	52,75%
- Outras Funções Económicas	4 869 500		<b>4 869 500</b>		4 850 497	<b>4 850 497</b>	99,61%	99,61%
<b>OUTRAS FUNÇÕES</b>	<b>6 017 074</b>	<b>17 049 542</b>	<b>23 066 616</b>		<b>4 433 384</b>	<b>4 433 384</b>	<b>73,68%</b>	<b>19,22%</b>
- Operações da dívida autárquica	3 557 512	1 076 732	<b>4 634 244</b>		3 555 927	<b>3 555 927</b>	99,96%	76,73%
- Transferências entre administrações	1 034 138	1 260 000	<b>2 294 138</b>		836 204	<b>836 204</b>	80,86%	36,45%
- Diversas não especificadas	1 425 424	14 712 810	<b>16 138 234</b>		41 253	<b>41 253</b>	2,89%	0,26%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>17 178 778</b>	<b>22 206 842</b>	<b>39 385 620</b>		<b>10 352 266</b>	<b>10 352 266</b>	<b>60,26%</b>	<b>26,28%</b>

### 6.1.3 Execução do plano de atividade municipal

Verifica-se em relação às ações mais relevantes que a sua execução anual é de 76,43% e em termos globais de 59,80%.

	MONTANTE PREVISTO			MONTANTE EXECUTADO		GRAU DE EXECUÇÃO		
	ANO	ANOS SEGUINTE	TOTAL	ANOS ANTERIORES	ANO	TOTAL	ANUAL	GLOBAL
<b>FUNÇÕES GERAIS</b>	<b>3 520 089</b>	<b>7 470 000</b>	<b>10 990 089</b>		<b>2 423 783</b>	<b>2 423 783</b>	<b>68,86%</b>	<b>22,05%</b>
- Serv. Gerais Adm. Pública	3 520 089	7 470 000	<b>10 990 089</b>		2 423 783	<b>2 423 783</b>	68,86%	22,05%
<b>FUNÇÕES SOCIAIS</b>	<b>37 491 841</b>	<b>2 736 000</b>	<b>40 227 841</b>		<b>30 101 040</b>	<b>30 101 040</b>	<b>80,29%</b>	<b>74,83%</b>
- Educação	1 325 057	2 736 000	<b>4 061 057</b>		806 054	<b>806 054</b>	60,83%	19,85%
- Segurança e Ações Sociais	95 930		<b>95 930</b>		21 117	<b>21 117</b>	22,01%	22,01%
- Habitação e Serviços Coletivos	35 915 796		<b>35 915 796</b>		29 145 565	<b>29 145 565</b>	81,15%	81,15%
- Serv. Culturais Rec. Religiosos	155 058		<b>155 058</b>		128 303	<b>128 303</b>	82,75%	82,75%
<b>FUNÇÕES ECONÓMICAS</b>	<b>1 431 840</b>	<b>1 044 887</b>	<b>2 476 727</b>		<b>1 289 926</b>	<b>1 289 926</b>	<b>90,09%</b>	<b>52,08%</b>
- Indústria e Energia	10 000		<b>10 000</b>		2 658	<b>2 658</b>	26,58%	26,58%
- Transportes e Comunicações	1 413 830	1 044 887	<b>2 458 717</b>		1 287 268	<b>1 287 268</b>	91,05%	52,36%
- Comércio e Turismo	39		<b>39</b>					
- Outras Funções Económicas	7 971		<b>7 971</b>					
<b>OUTRAS FUNÇÕES</b>	<b>1 956 387</b>	<b>1 101 137</b>	<b>3 057 524</b>		<b>122 122</b>	<b>122 122</b>	<b>6,24%</b>	<b>3,99%</b>
- Operações da dívida autárquica	1 270 000		<b>1 270 000</b>		73 576	<b>73 576</b>	5,79%	5,79%
- Transferências entre administrações	50 000		<b>50 000</b>					
- Diversas não especificadas	636 387	1 101 137	<b>1 737 524</b>		48 545	<b>48 545</b>	7,63%	2,79%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>44 400 157</b>	<b>12 352 024</b>	<b>56 752 181</b>		<b>33 936 870</b>	<b>33 936 870</b>	<b>76,43%</b>	<b>59,80%</b>

## 6.2 Análise Patrimonial

### 6.2.1 Balanço

Apresenta-se a comparabilidade do Balanço da entidade, no quadriénio 2013 a 2016.

#### a) Ativo

O ativo líquido ascende a 204.482.799,61€, sendo o ativo fixo (imobilizado) que constitui o agregado com maior peso, representando cerca de 94%.

Código contas	Activo	2013		2014		2015		2016		Variação 2016/2015 (%)
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
<b>POCAL</b>										
	<b>Imobilizado:</b>									
	<b>Bens de domínio público</b>									
451	Terrenos e recursos naturais	69 975,90	0,03	69 975,90	0,03	69 975,90	0,03	69 975,90	0,03	
452	Edifícios	7 481,97								
453	Outras construções e infra-estruturas	153 628 297,88	69,21	153 794 540,40	72,89	154 235 139,38	73,38	154 532 931,10	75,57	0,19
455	Bens do patrim.hist.,art. e cultural	1 222 182,94	0,55	1 235 682,94	0,59	1 298 074,30	0,62	1 298 074,30	0,63	0,00
445	Imobil. Em curso de bens de domínio público					170 932,35	0,08	184 158,52	0,09	7,74
485	Amortizações acumuladas	79 934 979,96	36,01	87 047 298,11	41,26	93 636 971,42	44,55	100 146 124,35	48,98	6,95
		<b>74 992 958,73</b>	<b>33,78</b>	<b>68 052 901,13</b>	<b>32,25</b>	<b>62 137 150,51</b>	<b>29,56</b>	<b>55 939 015,47</b>	<b>27,36</b>	<b>-9,97</b>
	<b>Imobilizações incorpóreas:</b>									
432	Despesas de invest.e de desenvolvimento	62 930,73	0,03	62 930,73	0,03	64 361,37	0,03	76 657,85	0,04	19,11
483	Amortizações acumuladas	62 495,26	0,03	62 924,94	0,03	62 964,68	0,03	68 424,71	0,03	8,67
		<b>435,47</b>	<b>-</b>	<b>5,79</b>	<b>-</b>	<b>1 396,69</b>	<b>-</b>	<b>8 233,14</b>	<b>-</b>	<b>489,48</b>
	<b>Imobilizações corpóreas:</b>									
421	Terrenos e recursos naturais	58 644 105,35	26,42	57 182 089,62	27,10	59 253 120,97	28,19	58 879 251,07	28,79	-0,63
422	Edifícios e outras construções	70 658 519,08	31,83	73 902 588,42	35,03	74 235 533,28	35,32	76 187 015,24	37,26	2,63
423	Equipamento básico	6 399 166,63	2,88	6 505 270,57	3,08	6 764 541,15	3,22	6 853 660,02	3,35	1,32
424	Equipamento de transporte	5 371 019,38	2,42	5 429 856,91	2,57	5 549 988,95	2,64	5 731 581,57	2,80	3,27
425	Ferramentas e utensílios	2 064 845,03	0,93	1 303 146,54	0,62	1 349 796,72	0,64	1 370 020,40	0,67	1,50
426	Equipamento administrativo	944 526,20	0,43	946 761,68	0,45	1 007 448,54	0,48	1 020 650,42	0,50	1,31
429	Outras imobilizações corpóreas	446 928,16	0,20	449 078,85	0,21	505 082,95	0,24	506 884,91	0,25	0,36
442	Imobilizações em curso	1 518 397,74	0,68	2 759 503,13	1,31	5 606 931,76	2,67	5 156 574,76	2,52	-8,03
482	Amortizações acumuladas	38 014 291,71	17,13	41 254 903,37	19,55	43 483 169,99	20,69	45 962 335,87	22,48	5,70
		<b>108 033 215,86</b>	<b>48,67</b>	<b>107 223 392,35</b>	<b>50,82</b>	<b>110 789 274,33</b>	<b>52,71</b>	<b>109 743 302,52</b>	<b>53,67</b>	<b>-0,94</b>
	<b>Investimentos financeiros:</b>									
411	Partes de capital	18 150 871,40	8,18	16 422 837,68	7,78	16 965 766,97	8,07	16 557 133,57	8,10	-2,41
412	Obrigações e títulos de participação			1 507 423,18	0,71	1 507 423,18	0,72	1 507 423,18	0,74	0,00
413	Empréstimos de Financiamento	9 551 799,86	4,30	9 489 020,00	4,50	9 489 020,00	4,51	9 476 955,65	4,63	-0,13
491	Provisões para investimentos financeiros	46 638,00	0,02	83 202,35	0,04	83 202,35	0,04	32 232,00	0,02	
		<b>27 656 033,26</b>	<b>12,46</b>	<b>27 336 078,51</b>	<b>12,96</b>	<b>27 879 007,80</b>	<b>13,26</b>	<b>27 509 280,40</b>	<b>13,45</b>	<b>-1,33</b>
	<b>Circulante:</b>									
	<b>Existências:</b>									
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	856 470,38	0,39	967 060,83	0,46	984 201,85	0,47	1 068 712,96	0,52	8,59
39	Provisões para dep.existências		0,00		0,00		0,00	106 871,30	0,05	
		<b>856 470,38</b>	<b>0,39</b>	<b>967 060,83</b>	<b>0,46</b>	<b>984 201,85</b>	<b>0,47</b>	<b>961 841,66</b>	<b>0,47</b>	<b>-2,27</b>
	<b>Dívidas de terceiros - Curto prazo:</b>									
28	Empréstimos concedidos	105 696,91	0,05	100 942,35	0,05	95 515,29	0,05	80 063,29	0,04	-16,18
211	Clientes c/c	2 310 962,23	1,04	2 209 224,56	1,05	754 357,59	0,36	2 133 729,41	1,04	182,85
212	Contribuinte c/c	81 213,10	0,04	386 920,53	0,18	385 921,82	0,18	380 477,48	0,19	-1,41
213	Utentes c/c	728 906,80	0,33	797 191,74	0,38	806 290,17	0,38	219 681,24	0,11	-72,75
218	Clientes, cont. e utentes de cobrança duvidosa	6 267 649,16	2,82	6 180 699,75	2,93	6 579 134,76	3,13	3 109 804,20	1,52	-52,73
24	Estado e outros entes públicos	940 336,41	0,42	858 284,18	0,41	682 313,00	0,32	4 038,00		-99,41
262+263+267+268	Outros devedores	800 844,19	0,36	994 993,52	0,47	1 560 402,00	0,74	1 308 161,23	0,64	-16,17
291+294+295	Provisões para cobranças duvidosas	6 792 463,86	3,06	6 542 239,25	3,10	5 569 736,04	2,65	2 737 705,11	1,34	-50,85
		<b>4 443 144,94</b>	<b>2,00</b>	<b>4 986 017,38</b>	<b>2,36</b>	<b>5 294 198,59</b>	<b>2,52</b>	<b>4 498 249,74</b>	<b>2,20</b>	<b>-15,03</b>
	<b>Depósitos em instit.financieiras e caixa</b>									
13	DGAL / Montantes afetos ao FRM									
12	Depósitos em instit.financieiras	5 135 495,51	2,31	1 780 107,72	0,84	2 179 001,47	1,04	3 955 521,22	1,93	81,53
11	Caixa	68 162,49	0,03	91 486,17	0,04	67 809,58	0,03	113 624,00	0,06	67,56
		<b>5 203 658,00</b>	<b>2,34</b>	<b>1 871 593,89</b>	<b>0,89</b>	<b>2 246 811,05</b>	<b>1,07</b>	<b>4 069 145,22</b>	<b>1,99</b>	<b>81,11</b>
	<b>Acréscimos e diferimentos</b>									
271	Acréscimos de proveitos	781 300,83	0,35	544 867,45	0,26	791 752,83	0,38	1 684 853,83	0,82	112,80
272	Custos diferidos	13 547,71	0,01	14 677,13	0,01	52 152,14	0,02	68 877,63	0,03	32,07
		<b>794 848,54</b>	<b>0,36</b>	<b>559 544,58</b>	<b>0,27</b>	<b>843 904,97</b>	<b>0,40</b>	<b>1 753 731,46</b>	<b>0,86</b>	<b>107,81</b>
	<b>Total do ativo</b>	<b>221 980 765,18</b>	<b>100,00</b>	<b>210 996 594,46</b>	<b>100,00</b>	<b>210 175 945,79</b>	<b>100,00</b>	<b>204 482 799,61</b>	<b>100,00</b>	<b>-2,71</b>

### b) Fundos próprios

Os fundos próprios do Município ascendem a 107.826.876,87€, apurando um resultado líquido negativo de 3.337.287,79€.

Código contas POCAL	Fundos próprios	2013		2014		2015		2016		Variação 2016/2015 (%)
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
51	Património	172 722 873,20	77,81	172 793 433,20	81,89	175 479 500,50	83,49	176 639 365,82	86,38	0,66
55	Ajustamentos de partes de capital em empresas	4 639 805,52	2,09	4 742 566,02	2,25	5 008 253,02	2,38	5 176 667,78	2,53	
571	Reservas legais	625 000,00	0,28	625 000,00	0,30	625 000,00	0,30	625 000,00	0,31	
575	Subsídios	239 917,57	0,11	239 917,57	0,11	239 917,57	0,11	239 917,57	0,12	
576	Doações	24 305 176,40	10,95	24 306 296,40	11,52	24 315 596,40	11,57	24 315 596,40	11,89	
577	Reservas decorrentes de transf.de ativos	5 331,62		5 331,62		5 331,62	0,00	5 331,62	0,00	
59	Resultados transitados	-70 969 312,65	-31,97	-83 769 449,11	-39,70	-90 887 089,03	-43,24	-95 837 714,53	-46,87	5,45
88	Resultado líquido do exercício	-12 706 874,27	-5,72	-7 331 402,16	-3,47	-4 890 006,39	-2,33	-3 337 287,79	-1,63	-31,75
	<b>Total dos fundos próprios</b>	<b>118 861 917,39</b>	<b>53,55</b>	<b>111 611 693,54</b>	<b>52,90</b>	<b>109 896 503,69</b>	<b>52,29</b>	<b>107 826 876,87</b>	<b>52,73</b>	<b>-1,88</b>

### c) Passivo

O passivo total sofreu uma variação negativa de 3,61%, face ao ano transato, ascendendo a 96.655.922,74€, em especial por via da oscilação de fornecedores (#22) e outros credores (#26) e consequente aumento de empréstimos, por via do saneamento financeiro desenvolvido e executado no exercício.

Código contas POCAL	Passivo	2013		2014		2015		2016		Variação 2016/2015 (%)
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
292	Passivo: Provisões para riscos e encargos	2 648 729,56	1,19	1 606 607,17	0,76	1 309 800,57	0,62	1 014 514,62	0,50	-22,54
		<b>2 648 729,56</b>	<b>1,19</b>	<b>1 606 607,17</b>	<b>0,76</b>	<b>1 309 800,57</b>	<b>0,62</b>	<b>1 014 514,62</b>	<b>0,50</b>	<b>-22,54</b>
2312	<b>Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:</b> Dívidas a instituições de crédito	38 125 487,77	17,18	39 906 583,52	18,91	35 034 167,63	16,67	60 792 353,90	29,73	73,52
268	Outros credores							861 385,18	0,42	
		<b>38 125 487,77</b>	<b>17,18</b>	<b>39 906 583,52</b>	<b>18,91</b>	<b>35 034 167,63</b>	<b>16,67</b>	<b>61 653 739,08</b>	<b>30,15</b>	<b>75,98</b>
2311	<b>Dívidas a terceiros - Curto prazo:</b> Empréstimos de curto prazo									
2312	Empréstimos de ML prazo - Componente C/prazo							3 401 232,70	1,66	
269	Adiantamentos por conta de vendas	319 471,36	0,14	212 462,32	0,10	304 979,65	0,15	307 941,94	0,15	0,97
221	Fornecedores, c/c	24 591 248,16	11,08	20 236 830,52	9,59	22 071 353,42	10,50	5 588 883,21	2,73	-74,68
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	7 145 457,58	3,22	7 069 472,98	3,35	10 373 375,62	4,94	2 260 853,82	1,11	-78,21
252	Credores pela execução do orçamento									
261	Fornecedores de imobilizado, c/c	8 980 084,67	4,05	6 682 130,28	3,17	5 554 948,57	2,64	262 020,60	0,13	-95,28
24	Estado e outros entes públicos	1 157 584,87	0,52	707 262,23	0,34	647 194,38	0,31	477 717,76	0,23	-26,19
262+263+267+268	Outros credores	1 571 614,62	0,71	2 444 176,57	1,16	2 979 574,60	1,42	567 380,60	0,28	-80,96
217+261+265	Credores de Oper.Não Orçamentais	524 844,76	0,24	573 635,41	0,27	832 062,05	0,40	635 017,30	0,31	-23,68
		<b>44 290 306,02</b>	<b>19,95</b>	<b>37 925 970,31</b>	<b>17,97</b>	<b>42 763 488,29</b>	<b>20,35</b>	<b>13 501 047,93</b>	<b>6,60</b>	<b>-68,43</b>
273	<b>Acréscimos e diferimentos</b> Acréscimos de custos	2 906 222,36	1,31	3 317 627,02	1,57	2 908 959,04	1,38	2 861 809,02	1,40	-1,62
274	Proveitos diferidos	15 148 102,08	6,82	16 628 112,90	7,88	18 263 026,57	8,69	17 624 812,09	8,62	-3,49
		<b>18 054 324,44</b>	<b>8,13</b>	<b>19 945 739,92</b>	<b>9,45</b>	<b>21 171 985,61</b>	<b>10,07</b>	<b>20 486 624,11</b>	<b>10,02</b>	<b>-3,24</b>
	<b>Total do passivo</b>	<b>103 118 847,79</b>	<b>46,45</b>	<b>99 384 900,92</b>	<b>47,10</b>	<b>100 279 442,10</b>	<b>47,71</b>	<b>96 655 922,74</b>	<b>47,27</b>	<b>-3,61</b>
	<b>Total dos fundos próprios e do passivo</b>	<b>221 980 765,18</b>	<b>100,00</b>	<b>210 996 594,46</b>	<b>100,00</b>	<b>210 175 945,79</b>	<b>100,00</b>	<b>204 482 799,61</b>	<b>100,00</b>	<b>-2,71</b>

**d) Endividamento**

Apesar do passivo ascender ao montante acima indicado, tal não significa dizer que a dívida assume a expressão do valor indicado. Efetivamente a dívida do Município (sem participadas) totaliza cerca de 73 milhões de euros (64,2 milhões euros a título de empréstimos e 8,8 milhões de euros de outros Terceiros), já que as provisões para riscos e encargos, os adiantamentos por conta de vendas, os acréscimos e diferimentos, as operações de tesouraria e o valor do fundo de apoio municipal, não representam dívida. Comparativamente com o ano de 2014 verifica-se uma diminuição do valor da dívida a Terceiros, em cerca de 2,4 milhões de euros.

	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
PASSIVO	96 655 923	100 279 442	99 384 901
(-) PROVISÕES	1 014 515	1 309 801	1 606 607
(-) ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	20 486 621	21 171 986	19 945 740
(-) ADIANTAMENTO POR CONTA DE VENDAS	307 942	304 980	212 462
(-) FUNDO DE APOIO MUNICIPAL	1 076 731	1 292 077	1 507 423
(-) OPERAÇÕES DE TESOURARIA	856 648	1 318 087	803 444
<b>TOTAL DÍVIDA ORÇAMENTAL</b>	<b>72 913 465</b>	<b>74 882 512</b>	<b>75 309 224</b>
<b>VARIAÇÃO</b>	<b>-1 969 047</b>	<b>-426 712</b>	<b>-2 395 758</b>

Em termos de conclusão da dívida para com Terceiros é nossa opinião, que a mesma merece atento controlo e acompanhamento. Para o efeito contribuirá uma gestão adequada da dívida, enquadrada pelas restrições impostas pela lei, nomeadamente: - Lei das Finanças Locais; - Lei do Orçamento do Estado; - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso; e – Outros normativos reguladores dos anteriores e da atividade autárquica.

Realçamos, ainda, que devem ser atendidos os requisitos necessários à aplicação das exigências quanto ao apuramento dos Fundos Disponíveis, e ao enquadramento dos Compromissos dentro dos limites apurados para o efeito. Efetivamente, hoje não basta que a despesa tenha cabimento orçamental, que se assuma o seu pagamento em data possível, sem que antes se verifique a existência de Fundos Disponíveis.

É imperiosa a necessidade de se atender ao disposto no art.º 56º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, quanto à criação de mecanismos de alerta precoce, devendo em nossa opinião esses mecanismos de alerta estarem concentrados internamente, com reporte mensal e com a consequente tomada de decisão no sentido da inversão atempada das situações fora dos limites definidos, de forma a evitar responsabilidades financeiras e disciplinares para os intervenientes, para além de comunicação por parte da DGAL a entidades como: - Membros do Governo com responsabilidade pelas áreas das finanças e das autarquias; - Presidentes dos Órgãos Executivo e Deliberativo<sup>1</sup>; e - Banco de Portugal.

Neste sentido a recolha de entre outros, de valores quanto a: - total da dívida; - receita corrente líquida; - receita corrente cobrada bruta; - despesa corrente; - amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazos; - pagamentos em atraso; - fundos disponíveis e compromissos assumidos; acompanhamento das GOP's; - endividamento; - contribuição para a dívida de entidades relevantes e definidas na lei; e - outros considerados relevantes e de essencial importância para o controlo.

A apreciação da dívida do Município será apresentada no ponto 7.2) Endividamento/Dívida Total deste relatório.

<sup>1</sup> Estes devem ter informado os respetivos membros na primeira reunião, ou sessão seguinte.

## 6.2.2 Demonstração dos resultados

A Demonstração dos resultados apresenta os resultados económicos das operações realizadas no exercício. Os resultados alcançados no exercício em análise encontram-se patentes no quadro que a seguir se apresenta, podendo verificar-se a sua comparabilidade face ao quadriénio de 2013 a 2016:

Cód.contas POCAL	Custos e perdas	2013		2014		2015		2016		Variação 2016/2015 (%)
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7 147 807,76	18,65	4 207 842,75	9,93	3 247 335,52	7,73	3 482 571,35	7,13	7,24
62	Fornecimentos e serviços externos	7 257 875,78	18,94	10 455 548,52	24,67	10 027 649,44	23,86	10 784 316,88	22,08	7,55
63	Transf.subs. correntes conced. e prest.sociais	1 096 660,46	2,86	737 271,96	1,74	841 112,86	2,00	741 326,39	1,52	-11,86
64	Custos com o pessoal	18 537 483,02	48,37	17 989 365,49	42,44	17 400 648,57	41,40	17 916 630,86	36,68	2,97
66	Amortizações do exercício	9 972 655,05	26,02	9 449 659,49	22,29	8 951 230,11	21,30	9 040 170,90	18,51	0,99
67	Provisões do exercício	2 406 991,55	6,28	797 608,51	1,88	89 065,09	0,21	109 542,98	0,22	22,99
65	Outros custos perdas operacionais	43,56		164,24		46,86		1 896 412,32	3,88	4046874,65
	<b>(A) Custos e perdas operacionais</b>	<b>46 419 517,18</b>	<b>121,11</b>	<b>43 637 460,96</b>	<b>102,95</b>	<b>40 557 088,45</b>	<b>96,50</b>	<b>43 970 971,68</b>	<b>90,02</b>	<b>8,42</b>
68	Custos e perdas financeiros	1 843 557,26	4,81	3 839 341,51	9,06	3 704 345,92	8,81	3 740 121,91	7,66	0,97
	<b>(C) Custos e perdas financeiras</b>	<b>1 843 557,26</b>	<b>4,81</b>	<b>3 839 341,51</b>	<b>9,06</b>	<b>3 704 345,92</b>	<b>8,81</b>	<b>3 740 121,91</b>	<b>7,66</b>	<b>0,97</b>
	<b>CUSTOS E PERDAS CORRENTES</b>	<b>48 263 074,44</b>	<b>125,92</b>	<b>47 476 802,47</b>	<b>112,00</b>	<b>44 261 434,37</b>	<b>105,32</b>	<b>47 711 093,59</b>	<b>97,68</b>	<b>7,79</b>
69	Custos e perdas extraordinários	2 771 484,82	7,23	2 243 108,70	5,29	2 655 144,20	6,32	4 472 127,43	9,16	68,43
	<b>(E) Custos e perdas extraordinários</b>	<b>2 771 484,82</b>	<b>7,23</b>	<b>2 243 108,70</b>	<b>5,29</b>	<b>2 655 144,20</b>	<b>6,32</b>	<b>4 472 127,43</b>	<b>9,16</b>	<b>68,43</b>
88	Resultado líquido do exercício	-12 706 874,27	-33,15	-7 331 402,16	-17,30	-4 890 006,39	-11,64	-3 337 287,79	-6,83	-31,75
	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>38 327 684,99</b>	<b>100,00</b>	<b>42 388 509,01</b>	<b>100,00</b>	<b>42 026 572,18</b>	<b>100,00</b>	<b>48 845 933,23</b>	<b>100,00</b>	<b>16,23</b>

Cód.contas POCAL	Proveitos e ganhos	2013		2014		2015		2016		Variação 2016/2015 (%)
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
71	Vendas e prestações de serviços	8 782 374,71	22,91	8 803 963,34	20,77	8 763 274,62	20,67	9 973 564,73	20,42	13,81
72	Impostos e taxas	9 144 202,15	23,86	11 611 633,90	27,39	12 414 871,76	29,29	14 164 188,55	29,00	14,09
75	Trabalhos para a própria entidade	1 146,19		1 020,85		765,06		384,56		-49,73
73	Proveitos suplementares	34 778,21	0,09	180 057,45	0,42	98 769,48	0,23	60 341,95	0,12	-38,91
74	Transf. e subsídios obtidos	16 894 168,72	44,08	16 163 909,20	38,13	17 100 929,54	40,34	16 706 500,57	34,20	-2,31
	<b>(B) Proveitos e ganhos operacionais</b>	<b>34 856 669,98</b>	<b>90,94</b>	<b>36 760 584,74</b>	<b>86,72</b>	<b>38 378 610,46</b>	<b>91,32</b>	<b>40 904 980,36</b>	<b>83,74</b>	<b>6,58</b>
78	Proveitos e ganhos financeiros	87 106,16	0,23	49 835,79	0,12	63 819,41	0,15	276 462,15		333,19
	<b>(D) Proveitos e ganhos financeiros</b>	<b>87 106,16</b>	<b>0,23</b>	<b>49 835,79</b>	<b>0,12</b>	<b>63 819,41</b>	<b>0,15</b>	<b>276 462,15</b>	<b>-</b>	<b>333,19</b>
	<b>PROVEITOS E GANHOS CORRENTES</b>	<b>34 943 776,14</b>	<b>91,17</b>	<b>36 810 420,53</b>	<b>86,84</b>	<b>38 442 429,87</b>	<b>91,47</b>	<b>41 181 442,51</b>	<b>84,31</b>	<b>7,12</b>
79	Proveitos e ganhos extraordinários	3 383 908,85	8,83	5 578 088,48	13,16	3 584 142,31	8,46	7 664 490,72	15,69	113,84
	<b>(F) Proveitos e ganhos extraordinários</b>	<b>3 383 908,85</b>	<b>8,83</b>	<b>5 578 088,48</b>	<b>13,16</b>	<b>3 584 142,31</b>	<b>8,53</b>	<b>7 664 490,72</b>	<b>15,69</b>	<b>113,84</b>
	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>38 327 684,99</b>	<b>100,00</b>	<b>42 388 509,01</b>	<b>100,00</b>	<b>42 026 572,18</b>	<b>100,00</b>	<b>48 845 933,23</b>	<b>100,00</b>	<b>16,23</b>

	2013	2014	2015	2016	
<b>RESUMO:</b>					
Resultados operacionais (B) - (A)	-11 562 847,20	-6 876 876,22	-2 178 477,99	-3 065 991,32	40,74
Resultados financeiros (D) - (C)	-1 756 451,10	-3 789 505,72	-3 640 526,51	-3 463 659,76	-4,86
Resultados correntes (B+D) - (A+C)	-13 319 298,30	-10 666 381,94	-5 819 004,50	-6 529 651,08	12,21
Resultado líquido do exercício (B+D+F) - (A+C+E)	-12 706 874,27	-7 331 402,16	-4 890 006,39	-3 337 287,79	-31,75

O resultado líquido negativo de 3.337.287,79€ decorre da existência de resultados operacionais e financeiros negativos, devendo a atenção da Gestão estar focalizada nestas componentes. Face ao ano transato o resultado líquido variou positivamente em 31,75 %, ainda que se apresente negativo.



### 6.3 Análise das Principais Contas

#### 6.3.1 Imobilizado

##### Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 31/12/2016;
- Apreciação da necessidade de provisão para investimentos financeiros;
- Apreciação das amortizações efetuadas no período;
- Apreciação dos documentos da prestação de contas de 2016 relativos à área das imobilizações.

##### Comentários

Procedeu-se à análise e conciliação, com o balancete contabilístico e dos mapas incluídos na prestação de contas, do exercício de 2016.

Foram efetuados procedimentos de verificação do cálculo matemático das amortizações, de acordo com as taxas previstas na Portaria nº 671/2000, de 17 de Abril – CIBE – Cadastro de Inventário dos Bens do Estado, não se tendo identificado erros de processamento.

#### a) Bens de domínio público, Imobilizado incorpóreo e corpóreo e Investimentos financeiros

IMOBILIZADO		2013	2014	2015	2016	Variação
		Valor	Valor	Valor	Valor	2016/2015
<b>Bens de domínio público</b>						
451	Terrenos e recursos naturais	69 975,90	69 975,90	69 975,90	69 975,90	
452	Edifícios	7 481,97				
453	Outras construções e infra-estruturas	153 628 297,88	153 794 540,40	154 235 139,38	154 532 931,10	297 791,72
455	Bens do patrim.hist.,art. e cultural	1 222 182,94	1 235 682,94	1 298 074,30	1 298 074,30	
445	Imobilizações em curso			170 932,35	184 158,52	13 226,17
		<b>154 927 938,69</b>	<b>155 100 199,24</b>	<b>155 774 121,93</b>	<b>156 085 139,82</b>	<b>311 017,89</b>
<b>Imobilizações incorpóreas:</b>						
432	Despesas de invest.e de desenvolvimento	62 930,73	62 930,73	64 361,37	76 657,85	12 296,48
		<b>62 930,73</b>	<b>62 930,73</b>	<b>64 361,37</b>	<b>76 657,85</b>	<b>12 296,48</b>
<b>Imobilizações corpóreas:</b>						
421	Terrenos e recursos naturais	58 644 105,35	57 182 089,62	59 253 120,97	58 879 251,07	-373 869,90
422	Edifícios e outras construções	70 658 519,08	73 902 588,42	74 235 533,28	76 187 015,24	1 951 481,96
423	Equipamento básico	6 399 166,63	6 505 270,57	6 764 541,15	6 853 660,02	89 118,87
424	Equipamento de transporte	5 371 019,38	5 429 856,91	5 549 988,95	5 731 581,57	181 592,62
425	Ferramentas e utensílios	2 064 845,03	1 303 146,54	1 349 796,72	1 370 020,40	20 223,68
426	Equipamento administrativo	944 526,20	946 761,68	1 007 448,54	1 020 650,42	13 201,88
429	Outras imobilizações corpóreas	446 928,16	449 078,85	505 082,95	506 884,91	1 801,96
442	Imobilizações em curso	1 518 397,74	2 759 503,13	5 606 931,76	5 156 574,76	-450 357,00
		<b>146 047 507,57</b>	<b>148 478 295,72</b>	<b>154 272 444,32</b>	<b>155 705 638,39</b>	<b>1 433 194,07</b>
<b>Investimentos financeiros:</b>						
411	Partes de capital	18 150 871,40	16 422 837,68	16 965 766,97	16 557 133,57	-408 633,40
412	Obrigações e títulos de participação		1 507 423,18	1 507 423,18	1 507 423,18	
413	Empréstimos de Financiamento	9 551 799,86	9 489 020,00	9 489 020,00	9 476 955,65	-12 064,35
		<b>27 702 671,26</b>	<b>27 419 280,86</b>	<b>27 962 210,15</b>	<b>27 541 512,40</b>	<b>- 420 697,75</b>
		<b>328 741 048,25</b>	<b>331 060 706,55</b>	<b>338 073 137,77</b>	<b>339 408 948,46</b>	<b>1 335 810,69</b>



O total líquido dos investimentos financeiros ascende a 27.509.280,40€ (27.541.512,40€ -32.232€). Este valor para além das participadas que abaixo se apresentam, engloba o valor da subscrição das unidades de participação no Fundo de Apoio Municipal, cuja realização se iniciou em 2015, conforme plano seguinte:

		CAPITAL NO INÍCIO	PAGAMENTOS	CAPITAL NO FIM		
<b>O B R I G A Ç Ã O</b>	<b>CUMPRIDA</b>	2014	1 507 423,18			
		2015	1 507 423,18	107 673,00	1 399 750,18	# 26.8.1.2.09
			1 399 750,18	107 673,00	1 292 077,18	# 26.8.1.2.09
			1 292 077,18	107 673,00	1 184 404,18	# 26.8.1.2.09
	<b>A CUMPRIR</b>	2016	1 184 404,18	107 673,00	1 076 731,18	# 26.8.1.2.09
		2017	1 076 731,18	107 673,00	969 058,18	
			969 058,18	107 673,00	861 385,18	
			861 385,18	107 673,00	753 712,18	
		2018	753 712,18	107 673,00	646 039,18	
			646 039,18	107 673,00	538 366,18	
			538 366,18	107 673,00	430 693,18	
		2020	430 693,18	107 673,00	323 020,18	
			323 020,18	107 673,00	215 347,18	
2021	215 347,18	107 673,00	107 674,18			
	107 674,18	107 674,18				

<b>2016</b>	Curto prazo	215 346,00 €	a pagar em 2017
	Médio e longo prazo	861 385,18 €	a pagar em anos seguintes
		<b>1 076 731,18 €</b>	

Os investimentos financeiros representam os valores seguintes:

**Valor Líquido de provisões**

CONTA	SALDO FINAL				PERCENTAGEM DETIDA	PROVISÕES
	2013	2014	2015	2016		
<b>41 INVESTIMENTOS FINANCIEROS</b>	<b>27 656 033,22</b>	<b>27 593 277,93</b>	<b>27 879 007,80</b>	<b>27 509 280,40</b>		<b>32 232,00</b>
<b>411 Partes de Capital</b>	<b>18 104 233,40</b>	<b>18 104 233,40</b>	<b>16 894 628,97</b>	<b>16 524 901,57</b>		<b>32 232,00</b>
<b>4112 Empresas Municipais e Intermunicipais</b>	<b>17 441 416,50</b>	<b>17 441 416,50</b>	<b>16 359 851,09</b>	<b>15 605 825,47</b>		<b>24 500,00</b>
41121 MME	1 315 619,49	1 315 619,49				
41122 SITEE	745 270,75	745 270,75	738 035,77			
41123 ACA/AGUAS LISBOA E VALE DO TEJO	673 586,08	673 586,08	1 342 215,00	1 342 215,00	0,80%	
41124 HABEVORA	14 645 912,96	14 645 912,96	14 279 600,32	14 263 610,47	100%	
41125 SRU	36 527,22	36 527,22				
41126 EVORA REGIS	24 500,00	24 500,00			49%	24 500,00
<b>4113 Empresas Privadas ou Cooperativas</b>	<b>662 816,90</b>	<b>662 816,90</b>	<b>534 777,88</b>	<b>919 076,10</b>		<b>7 732,00</b>
41131 LAR						7 482,00
41132 MARE	662 816,90	662 816,90	534 777,88	919 076,10	20%	
41133 NIA						
41133 UNESUL						250,00
<b>412 Obrigações e Títulos de Participação</b>			<b>1 507 423,18</b>	<b>1 507 423,18</b>		
4122 Fundo de Apoio Municipal			1 507 423,18	1 507 423,18		
<b>413 Empréstimos de financiamento</b>	<b>9 551 799,82</b>	<b>9 489 044,53</b>	<b>9 476 955,65</b>	<b>9 476 955,65</b>		
<b>4132 Empresas Municipais e Intermunicipais</b>	<b>9 476 980,18</b>	<b>9 476 980,18</b>	<b>9 476 955,65</b>	<b>9 476 955,65</b>		
41321 MME	24,53	24,53				
41322 SITEE						
41324 HABEVORA	9 476 955,65	9 476 955,65	9 476 955,65	9 476 955,65		
<b>4133 Empresas Privadas e cooperativas</b>	<b>74 819,64</b>	<b>12 064,35</b>				
NIA	74 819,64	12 064,35				

Face ao processo de liquidação e extinção a que o Executivo se comprometeu, restam apenas as participadas acima indicadas (Águas de Lisboa e Vale do Tejo, Habévora, Évora Regis e MARÉ). Irá ser dado início ao processo de consolidação de contas com a participada Habévora.

## b) Amortizações

As amortizações do exercício têm vindo a ser contabilizadas mensalmente, verificando-se as seguintes variações:

Código contas	Imobilizado	VARIACÃO			
		2015	66	AUMENTOS / DIMINUIÇÕES	2016
POCAL		Valor			Valor
<b>Bens de domínio público:</b>					
4852	Edifícios				
4853	Outras construções e infra-estruturas	93 159 941,38	6 329 131,35		99 489 072,73
4855	Bens do patrim.hist.,art. e cultural	477 030,04	180 021,58		657 051,62
		<b>93 636 971,42</b>	<b>6 509 152,93</b>	<b>-</b>	<b>100 146 124,35</b>
<b>Imobilizações incorpóreas:</b>					
4832	Despesas de invest.e de desenvolvimento	62 964,68	5 460,03		68 424,71
		<b>62 964,68</b>	<b>5 460,03</b>	<b>-</b>	<b>68 424,71</b>
<b>Imobilizações corpóreas:</b>					
4822	Edifícios e outras construções	30 649 318,73	1 842 774,31	-34 771,37	32 457 321,67
4823	Equipamento básico	5 824 220,91	251 230,26	-2 881,23	6 072 569,94
4824	Equipamento de transporte	4 755 709,75	304 462,64	-7 736,00	5 052 436,39
4825	Ferramentas e utensílios	1 200 431,35	50 995,19	-551,58	1 250 874,96
4826	Equipamento administrativo	920 720,38	60 771,43	-451,88	981 039,93
4829	Outras imobilizações corpóreas	132 768,87	15 324,11		148 092,98
		<b>43 483 169,99</b>	<b>2 525 557,94</b>	<b>-46 392,06</b>	<b>45 962 335,87</b>
<b>Investimentos financeiros:</b>					
491	Partes de capital	83 202,35		-50 970,35	32 232,00
		<b>83 202,35</b>	<b>-</b>	<b>-50 970,35</b>	<b>32 232,00</b>
<b>TOTAL</b>		<b>137 266 308,44</b>	<b>9 040 170,90</b>	<b>-97 362,41</b>	<b>146 209 116,93</b>

Procedeu-se à análise do mapa de amortizações oportunamente disponibilizado. Foram efetuados procedimentos de verificação do cálculo matemático das amortizações, de acordo com as taxas previstas na Portaria nº 671/2000, de 17 de Abril – CIBE – Cadastro de Inventário dos Bens do Estado, não se tendo identificado erros de processamento.

Por fim, voltamos a referir que, entendemos relevante dever proceder-se a uma análise individualizada de todos os bens registados no património, já que muitos podem já não existir ou refletirem um estado de inoperacionalidade, não tendo sido comunicado o consequente abate, para efeitos de registo contabilístico.

É um trabalho manifestamente extenso, que deve ser desenvolvido para todos os itens do património, com particular enfoque nos equipamentos informáticos, licenças de *software*, equipamentos de pequeno porte, ferramentas, equipamentos escolares e outros a avaliar no desenvolvimento do trabalho.

A extensão dos ficheiros do património, está sobrecarregada com informação desnecessária, a qual ao fim de 13 anos de funcionamento do normativo POCAL, merece apropriado tratamento e revisão de inventário.

Propõe-se que este trabalho se inicie de forma a que a transição para o SNC-AP, seja uma oportunidade para a atualização destes ativos.

### 6.3.2 Existências

#### Trabalho efetuado

- Acompanhamento dos trabalhos de inventariação;
- Apreciação das conciliações efetuadas pelo Município;
- Apreciação das provisões necessárias para fazer face aos riscos identificados;
- Apreciação dos documentos da prestação de contas de 2016 relativos à área das existências.

#### Comentários

a) O valor líquido das existências ascende a 961.841,66 €, tal como é apresentado no quadro seguinte:

CONTA		SALDO FINAL				VARIÇÃO 2016/2015
		2013	2014	2015	2016	
36	<b>Existências:</b>					
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	856 470,38	967 060,83	984 201,85	1 068 712,96	84 511,11
39	Provisões para dep.existências				<b>-106 871,30</b>	-106 871,30
<b>TOTAL</b>		<b>856 470,38</b>	<b>967 060,83</b>	<b>984 201,85</b>	<b>961 841,66</b>	<b>-22 360,19</b>

b) No final do exercício de 2016, foram realizadas contagens físicas aos armazéns do Município, tendo-se posteriormente registado e contabilizado o inventário final.

Apesar da provisão constituída, recomendando-se uma análise de maior profundidade aos bens em stock de forma a avaliar a necessidade de reforço da provisão/imparidade destes ativos. Propõe-se que este trabalho se inicie de forma a que a transição para o SNC-AP, seja uma oportunidade para a atualização desta classe de ativos.

### 6.3.3 Dívidas a receber

#### Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 31/12/2016;
- Apreciação das circularizações efetuadas às Entidades;
- Apreciação das provisões necessárias para fazer face aos riscos identificados;
- Apreciação dos documentos da prestação de contas de 2016 relativos à área das dívidas a receber.

**Comentários**

a) O valor líquido das dívidas a receber ascende a 4.498.249,74€, tal como é apresentado no quadro seguinte:

CONTA		SALDO FINAL				VARIÇÃO 2016/2015
		2013	2014	2015	2016	
211	- Clientes c/c	2 310 962,23	2 209 224,56	754 357,59	2 133 729,41	1 379 371,82
212	- Contribuinte c/c	81 213,10	386 920,53	385 921,82	380 477,48	-5 444,34
213	- Utentes	728 906,80	797 191,74	806 290,17	219 681,24	-586 608,93
218	- Cobrança Duvidosa	6 267 649,16	6 180 699,75	6 579 134,76	3 109 804,20	-3 469 330,56
<b>291</b>	<b>Provisões</b>	<b>-6 112 090,05</b>	<b>-5 697 337,04</b>	<b>-4 447 288,51</b>	<b>-2 008 520,79</b>	2 438 767,72
24	Estado e outros entes Públicos	940 336,41	858 284,18	682 313,00	4 038,00	-678 275,00
26	Outros Devedores	<b>800 844,19</b>	<b>994 993,52</b>	<b>1 560 402,00</b>	<b>1 308 161,23</b>	
2682	- Transf.p/Aut.Locais		<b>129 604,03</b>	<b>445 961,02</b>	<b>278 919,03</b>	-167 041,99
2688	- Outros Devedores					
26880	- Cobranças Coercivas				54 713,74	54 713,74
26881	- Alienação de Imobilizado	613 803,93	613 803,93	670 440,93	646 150,06	-24 290,87
26886	- Acordos de Regularização -Devedores	72 594,60	192 949,29	386 298,72	259 181,70	-127 117,02
26887	- Reposições nos cofres municipais	57 148,03				
26888	- MME - Disponibilidades		934,94			
26889	- Outros	57 297,63	57 701,33	57 701,33	69 196,70	11 495,37
<b>291</b>	<b>Provisões Outros Devedores</b>	<b>-680 373,81</b>	<b>-844 902,21</b>	<b>-1 122 447,53</b>	<b>-729 184,32</b>	393 263,21
28	Empréstimos Concedidos	105 696,91	100 942,35	95 515,29	80 063,29	-15 452,00
<b>TOTAL</b>		<b>4 443 144,94</b>	<b>4 986 017,38</b>	<b>5 294 198,59</b>	<b>4 498 249,74</b>	<b>-795 948,85</b>

O Município tem vindo a dar cumprimento ao envio de ficheiros mensais SAFT – T, emitidos.

No exercício de 2015, deu-se início a um trabalho exaustivo de análise ao sistema de processamento da faturação de água, com atualização dos contratos e terceiros envolvidos, para além de emissão de contactos com os clientes de forma a formalizar o reconhecimento da dívida por parte dos mesmos. Este trabalho teve continuidade em 2016, permitindo em consequência, maior rigor na formalização de acordos, corte de fornecimentos e processos de execução.

b) Quanto ao valor provisionado, registou-se um ajustamento ao ativo, conforme se encontra discriminado no ponto 6.3.9) Provisões e Contingências, deste relatório.

c) A conta de Estado e outros entes públicos decorre das rubricas abaixo apresentadas:

CONTA		SALDO FINAL			
		2013	2014	2015	2016
24	Estado e Outros Entes Públicos				
241	- Imposto sobre o rendimento		4 038,00	4 038,00	4 038,00
243	- IVA	940 336,41	843 093,14	678 275,00	
243	- IVA MME		11 153,04		
<b>TOTAL</b>		<b>940 336,41</b>	<b>858 284,18</b>	<b>682 313,00</b>	<b>4 038,00</b>

d) Foram contabilizados 278.919,03€ a título de valores a receber dos projetos abaixo indicados:

**# 26.8.2**

<b>Transf.p/Aut.Locais</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
Governança Corredor Azul	11 500,21	11 500,21	
Tecnopolo Corredor Azul	98 474,45	110 656,06	
EB1 André de Resende	19 629,37	187 416,29	
Desmaterialização processos		50 072,76	
EB1/JI Bacelo		86 315,70	86 315,70
Estrada Municipal 526			57 495,50
Reabilitação Av. Túlio Espanca (EN114)			135 107,83
<b>TOTAL</b>	<b>129 604,03</b>	<b>445 961,02</b>	<b>278 919,03</b>

Em sede de operações enquadradas no QREN-INALENTEJO e dado o encerramento de quadro comunitário, importa apresentar os projetos apoiados, os valores recebidos, ainda por receber e a devolver.



OPERAÇÃO	DESIGNAÇÃO	ESTADO	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	TOTAL	FEDER	P/RECEBER	A DEVOLVER
ALENT-09-0397-FEDER-001545	Construção da Escola Básica André de Resende	Em encerramento						998 318	2 597 389		3 595 707	3 594 755		952,46
ALENT-09-0240-FEDER-001619	Governancia da RUCI Corredor Azul	Concluída				37 616	11 956	24 655		4 081	78 308	85 000		
ALENT-08-0437-FEDER-001202	Elaboração do Plano Municipal de Emergência de Évora	Concluída				18 290					18 290	20 336		
ALENT-09-0240-FEDER-001144	Festival de Verão Terras de Sol	Concluída			134 520	34 338				14 937	183 796	340 255		
ALENT-09-0240-FEDER-001172	Tecnopolo da RUCI Corredor Azul	Concluída			77 478	40 202	61 520	396 326		71 954	647 480	668 934		
ALENT-09-0550-FEDER-000353	Beneficiação da EM 526 (entre a EN 254 e N.ª Sra. de Machede	Em encerramento		206 353	757 962	60 270		67 830			1 092 415	1 149 910	57 495,50	
ALENT-07-0463-FEDER-000351	Loteamento Municipal do Parque da Industria Aeronáutica de Évora	Em encerramento	942 109	3 230 744			-73 476	-121 475	-91 310	-57 678	3 828 914	5 078 879		30 808,35
ALENT-09-0141-FEDER-000429	Gestão da parceria e monitorização do programa de ação Acrópole XXI	Concluída						56 879	10 665	3 555	71 099	71 099		
ALENT-09-0344-FEDER-000093	Construção da Escola EB1/JI do Bacelo	Em encerramento	691 827	444 730	162 365	81 183	245 237		14 656		1 639 998	1 736 135	86 315,70	
ALENT-08-0352-FEDER-000708	Teias- Rede Cultural do Alentejo	Concluída				170 361	207 731			185 337	563 429	652 087		
ALENT-09-0344-FEDER-000130	Concepção construção da Escola EB1/JI dos Canaviais	Em encerramento		349 719		981 131					1 330 850	1 569 503		149 733,35
ALENT-09-0550-FEDER-002352	Reabilitação da Avenida Túlio Espanca (EN114)	Em encerramento										139 477	135 107,83	
<b>TOTAL</b>			<b>1 633 936</b>	<b>4 231 545</b>	<b>1 132 325</b>	<b>1 423 391</b>	<b>452 968</b>	<b>1 422 533</b>	<b>2 531 400</b>	<b>222 186</b>	<b>13 050 285</b>	<b>15 106 372</b>	<b>278 919,03</b>	<b>181 494,16</b>
												<b>86,39%</b>		

e) Os valores a receber de alienação do imobilizado (#26.8.8.1) apresentam o valor de 646.150,06 €. De acordo com o princípio da prudência, este montante encontra-se provisionado, face ao risco identificado.

ALIENAÇÃO DE IMOBILIZADO	2013	2014	2015	2016	PROVISÕES # 2912
					2016
ALVARO JOSE RODRIGUES DOS SANTOS	76,87	76,87	76,87	76,87	76,87
ACINAUTO	53 342,70	53 342,70	53 342,70	53 342,70	53 342,70
AUGUSTO GONÇALVES MOREIRA	2 932,87	2 932,87	2 932,87	2 932,87	2 932,87
BERNARDINO CABEÇAS	15 973,50	15 973,50	15 973,50	15 973,50	15 973,50
ELSA SUSANA SANTOS	689,22	689,22	689,22	689,22	689,22
EVORAQUEIJOS	10 175,48	10 175,48	10 175,48	10 175,48	10 175,48
EVORAGRICOLA	4 189,90	4 189,90	4 189,90	4 189,90	4 189,90
FERTRATA	25 832,14	25 832,14	25 832,14	25 832,14	25 832,14
FRANCISCO JOAQUIM ROSA	7 631,60	7 631,60	7 631,60	7 631,60	7 631,60
FRANCISCO JOAQUIM PANDEGA	90,97	90,97	90,97	90,97	90,97
FUNDAÇÃO CIRCULO DIGITAL	3 573,78	3 573,78	3 573,78	3 573,78	3 573,78
JOÃO FRANCISCO COELHO SALVADOR	67 250,00	67 250,00	67 250,00	67 250,00	67 250,00
JOÃO LUIS CALDEIRA RAMITOS	2 060,14	2 060,14	2 060,14	2 060,14	2 060,14
JOÃO MANUEL LOPES DIAS	127 250,00	127 250,00	127 250,00	127 250,00	127 250,00
JOAQUIM ANTÓNIO COELHO MENDES	1 483,92	1 483,92	1 483,92	1 483,92	1 483,92
MARIA AMÉLIA SILVA FIALHO	1 573,40	1 573,40	1 573,40	1 573,40	1 573,40
RIBALIZ	33 248,06	33 248,06	33 248,06	33 248,06	33 248,06
TRANGAZ	8 578,83	8 578,83	8 578,83	8 578,83	8 578,83
UNESUL	210 891,75	210 891,75	210 891,75	210 891,75	210 891,75
ANA ISABEL SANTOS	2 092,46	2 092,46	2 092,46	2 092,46	2 092,46
GRUPO DESPORTIVO DA GRAÇA DO DIVOR	10 575,47	10 575,47	10 575,47	10 575,47	10 575,47
MONTEVORA - COMERCIO EQUIP. ESCRITORIO LDA	1 922,20	1 922,20	1 922,20		
MONTEVORA - COMERCIO EQUIP. ESCRITORIO LDA	1 892,20	1 892,20	1 892,20		
MONTEVORA - COMERCIO EQUIP. ESCRITORIO LDA	1 862,20	1 862,20	1 862,20		
MONTEVORA - COMERCIO EQUIP. ESCRITORIO LDA	1 832,20	1 832,20	1 832,20		
MONTEVORA - COMERCIO EQUIP. ESCRITORIO LDA	1 802,20	1 802,20	1 802,20		
MONTEVORA - COMERCIO EQUIP. ESCRITORIO LDA	1 772,20	1 772,20	1 772,20		
MONTEVORA - COMERCIO EQUIP. ESCRITORIO LDA	1 742,20	1 742,20	1 742,20		
MONTEVORA - COMERCIO EQUIP. ESCRITORIO LDA	1 712,20	1 712,20	1 712,20		
MONTEVORA - COMERCIO EQUIP. ESCRITORIO LDA	1 682,20	1 682,20	1 682,20		
MONTEVORA - COMERCIO EQUIP. ESCRITORIO LDA	1 652,20	1 652,20	1 652,20		
MONTEVORA - COMERCIO EQUIP. ESCRITORIO LDA	1 622,20	1 622,20	1 622,20		
MONTEVORA - COMERCIO EQUIP. ESCRITORIO LDA	1 592,20	1 592,20	1 592,20		
MONTEVORA - COMERCIO EQUIP. ESCRITORIO LDA	1 562,20	1 562,20	1 562,20		
MONTEVORA - COMERCIO EQUIP. ESCRITORIO LDA	1 642,27	1 642,27	1 642,27		
COOPERATIVA BOA VONTADE			56 637,00	56 637,00	
<b>TOTAL CONTA 26881</b>	<b>613 803,93</b>	<b>613 803,93</b>	<b>670 440,93</b>	<b>646 150,06</b>	<b>589 513,06</b>

f) O valor dos Acordos de regularização – Devedores (#26.8.8.6), assume o valor abaixo identificado.

# 26.8.8.6 Acordos de Regularização - Devedores	2014	2015	2016
Taxas aeroportuárias	9 272,99		
Trabalhos por conta de particulares	479,86	305,26	130,66
Taxas de Urbanização	12 305,83	351 794,61	259 051,04
Rendas e alugueres	34 198,85	34 198,85	
Ocupação Via pública	136 691,76		
Venda de bens			
<b>TOTAL</b>	<b>192 949,29</b>	<b>386 298,72</b>	<b>259 181,70</b>

g) Quanto à rubrica de Outros (#26.8.8.9), o montante a receber de 69.196,70 €, foi analisado, encontrando-se o mesmo ajustado face ao risco identificado de incobrabilidade

	2014	2015	2016	PROVISÃO
<b>#26.8.8 Cred. Diversos - Outros</b>				
- Outros	57 701,33	57 701,33	69 196,70	59 607,97
	<b>57 701,33</b>	<b>57 701,33</b>	<b>69 196,70</b>	<b>59 607,97</b>

h) Os valores dos empréstimos concedidos (#28), no montante de 80.063,29€, são referentes a empréstimos concedidos no âmbito dos programas FAME e FINICIA. Face aos riscos de incobrabilidade, foram os mesmos ajustados conforme segue:

#28	Empréstimos Concedidos	2013	2014	2015	2016	PROVISÃO
	Cafeteria/Charcutaria Lusitania, Lda.	3 411,68	2 961,68	2 661,68	2 661,68	2 661,68
	Ao Sul - Congressos e Eventos, Lda.	272,98	272,98	272,98	272,98	272,98
	O Aqueduto Restaurante e Cervejaria, Lda.	6 975,00	6 975,00	6 975,00	6 975,00	6 975,00
	Alencôpia - Máquinas e Materiais, Lda.	17 118,60	17 118,60	17 118,60	17 118,60	17 118,60
	Antonio Rosado e Paulo Almeida, Lda.	4 355,01	4 355,01	4 355,01	4 355,01	4 355,01
	Roll's Rock - Produções de Eventos Artísticos, Lda	6 250,01	6 250,01	6 250,01	6 250,01	6 250,01
	Restaurante - A Casa da Malta, Lda.	3 915,47	2 715,47			
	Arqueosopa - Ref. Ligeiras Soc. Unipessoal, Lda.	9 902,00	9 902,00	9 902,00		
	Evoralforge-Com. Artes. Prod. Reg. Unipessoal, Lda	4 924,85	4 924,85	4 924,85	4 924,85	4 924,85
	Braulio, Fonseca & Caeiro, Lda.	15 546,65	15 546,65	15 546,65	15 546,65	15 546,65
	Panificadora Central Eborense	1 001,00	1 001,00	1 001,00	1 001,00	1 001,00
	Anabela Figueiredo Atanásio	15 273,51	15 273,51	15 273,51	15 273,51	15 273,51
	Irene Seita					
	Joaquim Miguel Loureiro Cadete	759,00	759,00	759,00	759,00	759,00
	Usequal - Higiene e Segurança, Lda.	816,00	204,00			
	Francelina F. M. R. Santos/Ludovico A. F. Santos	5 025,00	4 925,00	4 925,00	4 925,00	4 925,00
	Gocopy, Lda	1 150,15	407,59			
	J. Martins Consultores, Lda.	9 000,00	7 350,00	5 550,00		
	<b>TOTAL</b>	<b>105 696,91</b>	<b>100 942,35</b>	<b>95 515,29</b>	<b>80 063,29</b>	<b>80 063,29</b>



### 6.3.4 Disponibilidades

#### Trabalho efetuado

- Apreciação dos saldos apresentados no balancete à data de 31/12/2016;
- Apreciação das conciliações efetuadas pelo Município;
- Apreciação do mapa de fluxos de caixa e do saldo registado em tesouraria com referência a 31/12/2016;
- Acompanhamento e apreciação das contagens de final de exercício, quanto ao procedimento de Balanço à tesouraria;
- Apreciação dos documentos da prestação de contas de 2016 relativos à área de disponibilidades.

#### Comentários

a) A classe de disponibilidades apresenta os seguintes valores:

CONTA		SALDO FINAL			
		2013	2014	2015	2016
<b>11</b>	<b>Caixa</b>				
111	Caixa - Tesouraria Municipal	68 162,49	91 486,17	67 809,58	113 624,00
118	Fundo de Maneio				
<b>TOTAL</b>		<b>68 162,49</b>	<b>91 486,17</b>	<b>67 809,58</b>	<b>113 624,00</b>

CONTA		SALDO FINAL			
		2013	2014	2015	2016
<b>12</b>	<b>Depósitos em Instituições Financeiras</b>				
12101	Banco Santander Totta	177 775,40	43 904,50	28 428,85	103 909,63
12102	Caixa Geral de Depósitos	4 369 450,44	1 136 680,27	1 241 804,01	1 608 304,17
12103	Millenium BCP	150 271,27	180 248,15	181 802,33	689 879,05
12104	Novo Banco	65 281,06	66 398,83	58 718,91	55 888,16
12105	Montepio Geral	6 453,69	44 103,74	488 431,17	591 110,25
12107	Banco Português de Investimento	305 886,49	263 243,57	97 653,27	759 778,23
12108	Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Évora	60 377,16	45 528,66	82 162,93	146 651,73
<b>TOTAL</b>		<b>5 135 495,51</b>	<b>1 780 107,72</b>	<b>2 179 001,47</b>	<b>3 955 521,22</b>

b) Foram apreciados/conciliados o mapa de fluxos de caixa e mapa de operações de tesouraria com a classe de disponibilidades, não existindo factos a registar.

	SALDO FINAL			
	2013	2014	2015	2016
- Execução orçamental	4 125 569,12	1 068 149,48	928 724,27	3 212 496,76
- Operações de tesouraria	1 078 088,88	803 444,41	1 318 086,78	856 648,41
<b>Saldo da gerência</b>	<b>5 203 658,00</b>	<b>1 871 593,89</b>	<b>2 246 811,05</b>	<b>4 069 145,17</b>

c) Acompanharam-se as contagens de final de exercício, de forma a confirmar os montantes expressos no Balanço e Mapa de operações de tesouraria, não existindo factos a reportar, devendo serem melhorados os procedimentos de registo dos recebimentos.

d) Foram analisadas as reconciliações bancárias efetuadas pela contabilidade.

### 6.3.5 Acréscimos e diferimentos ativos

#### Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 31/12/2016;
- Apreciação das estimativas efetuadas pelo Município.

#### Comentários

a) O valor dos acréscimos e diferimentos ativos ascendem a 1.753.731,46€, tal como apresentado no quadro seguinte:

CONTA		SALDO FINAL			
		2013	2014	2015	2016
<b>27</b>	<b>Acréscimos e diferimentos</b>				
271	- Acréscimos de proveitos	781 300,83	544 867,45	791 752,83	1 684 853,83
272	- Custos diferidos	13 547,71	14 677,13	52 152,14	68 877,63
<b>TOTAL</b>		<b>794 848,54</b>	<b>559 544,58</b>	<b>843 904,97</b>	<b>1 753 731,46</b>

b) A observância dos princípios contabilísticos definidos no POCAL na elaboração das demonstrações financeiras, no caso concreto o princípio da especialização dos exercícios, conduz à assunção dos custos e dos proveitos quando incorridos ou obtidos, independentemente do momento em que ocorra o seu pagamento ou recebimento. Tais circunstâncias são verdadeiras no agrupamento dos acréscimos e diferimentos que, no ativo, se desdobram e se discriminam da seguinte forma:

- Acréscimos de proveitos (#27.1):
  - ✓ Juros a receber, relativos a documentos de receita não cobrados; e
  - ✓ Impostos diretos, recebidos em 2017 e que respeitam ao mês de dezembro de 2016;
- Custos diferidos (#27.2):
  - ✓ Seguros, pagos em 2016, e que respeitam a 2017.

### 6.3.6 Fundo patrimonial

a) As variações ocorridas nesta área do Balanço apresentam-se como segue:

Rubricas	2015	Aumentos de património	Aplicação dos resultados	Resultado do exercício	Outros movimentos	2016
<b>51 - Património</b>	<b>175 479 500,50</b>	<b>1 159 865,32</b>				<b>176 639 365,82</b>
<b>55 - Ajust.de partes de capital em emp.</b>	<b>5 008 253,02</b>				<b>168 414,76</b>	<b>5 176 667,78</b>
<b>57 - Reservas :</b>	<b>25 185 845,59</b>					<b>25 185 845,59</b>
571 - Reservas legais	625 000,00					625 000,00
575 - Subsídios	239 917,57					239 917,57
576 - Doações	24 315 596,40					24 315 596,40
577 - Res.decor.da transf.de Ativos	5 331,62					5 331,62
<b>59 - Resultados transitados</b>	<b>-90 887 089,03</b>		<b>-4 890 006,39</b>		<b>-60 619,11</b>	<b>-95 837 714,53</b>
<b>88 - Resultados líquido do exercício</b>	<b>-4 890 006,39</b>		<b>4 890 006,39</b>	<b>-3 337 287,79</b>		<b>-3 337 287,79</b>
<b>TOTAL</b>	<b>109 896 503,69</b>	<b>1 159 865,32</b>	<b>-</b>	<b>-3 337 287,79</b>	<b>107 795,65</b>	<b>107 826 876,87</b>

b) No ponto 2.28 do anexo às demonstrações financeira e no relatório de gestão, encontram-se descritos de forma sucinta a origem dos movimentos ocorridos no Fundo Patrimonial. As variações ocorridas na conta #55 – Ajustamento de partes de capital em empresas e #59 – Resultados transitados, resultam dos efeitos da aplicação do método da equivalência patrimonial aplicado às participadas.

### 6.3.7 Passivos antes de acréscimos e diferimentos

#### Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 31/12/2016;
- Apreciação das conciliações efetuadas pelo Município;
- Apreciação das circularizações efetuadas às Entidades;
- Apreciação dos documentos da prestação de contas de 2016 relativos à área das dívidas a pagar.

#### Comentários

a) O valor das dívidas a pagar (com inclusão de operações de tesouraria e sem provisões) ascende a 75.154.787,01€, apresentando uma oscilação para menos de 2.642.868,91€, face ao ano de 2015.

CONTA	SALDO FINAL				VARIÇÃO 2016/2015
	2013	2014	2015	2016	
<b>21.7 Cauções</b>	<b>5 617,19</b>	<b>6 400,09</b>	<b>6 475,79</b>	<b>5 255,09</b>	-1 220,70
<b>22 Fornecedores</b>	<b>31 736 705,74</b>	<b>27 306 303,50</b>	<b>32 444 729,04</b>	<b>7 849 737,03</b>	
<b>2211</b> - Fornecedores c/c	24 328 241,78	20 236 830,52	22 071 353,42	5 588 883,21	-16 482 470,21
- Fornecedores Factoring	263 006,38				
<b>228</b> - Fornecedores em recepção e conferência	7 145 457,58	7 069 472,98	10 373 375,62	2 260 853,82	-8 112 521,80
<b>23 Empréstimos Obtidos</b>	<b>38 125 487,77</b>	<b>39 906 583,52</b>	<b>35 034 167,63</b>	<b>64 193 586,60</b>	
- Curto Prazo					
<b>2312</b> - Médio Longo Prazo	38 125 487,77	39 906 583,52	35 034 167,63	64 193 586,60	29 159 418,97
<b>24 Estado e Outros Entes Públicos</b>	<b>1 157 584,87</b>	<b>707 262,23</b>	<b>647 194,38</b>	<b>477 717,76</b>	-169 476,62
<b>25 Credores pela execução orçamental</b>					
<b>26 Outros Credores</b>	<b>11 390 398,22</b>	<b>9 906 004,49</b>	<b>9 665 089,08</b>	<b>2 628 490,53</b>	
261 - Fornecedores de Imobilizado	8 980 084,67	6 947 102,98	5 878 155,60	354 759,81	-5 523 395,79
263 - Sindicatos	4 316,13	37,71	4 184,56	56,86	-4 127,70
2681 - Devedores e credores das Admin. Públicas		1 507 423,18	1 292 077,18	1 076 731,18	-215 346,00
2684 - Cred. De Transf.Aut.Locais	490 412,00	513 849,90	889 868,23	328 582,76	-561 285,47
2685 - Cred.p/Oper.Tesouraria	253 692,88	302 224,91	502 379,23	536 966,14	34 586,91
2689 - Cred. Diversos - Outros	1 342 421,18	422 903,49	793 444,63	23 451,84	-769 992,79
269 - Adiantamentos por conta de vendas	319 471,36	212 462,32	304 979,65	307 941,94	2 962,29
<b>TOTAL</b>	<b>82 415 793,79</b>	<b>77 832 553,83</b>	<b>77 797 655,92</b>	<b>75 154 787,01</b>	<b>-2 642 868,91</b>
<b>29 Provisões</b>	<b>2 648 729,56</b>	<b>1 606 607,17</b>	<b>1 309 800,57</b>	<b>1 014 514,62</b>	-295 285,95
<b>TOTAL</b>	<b>85 064 523,35</b>	<b>79 439 161,00</b>	<b>79 107 456,49</b>	<b>76 169 301,63</b>	<b>-2 938 154,86</b>



**ROSÁRIO, GRAÇA  
& ASSOCIADOS  
SROC, LDA.**

b) O total das dívidas de fornecedores correntes (#22) e de imobilizado (#26.1) sofreram um decréscimo relevante em resultado do processo de saneamento financeiro, tendo sido possível concluir o fecho do exercício sem pagamentos em atraso.

CONTA	SALDO FINAL				VARIÇÃO 2016/2015
	2013	2014	2015	2016	
<b>22 Fornecedores</b>					
- Fornecedores c/c	24 328 241,78	20 236 830,52	22 071 353,42	5 588 883,21	-16 482 470,21
- Fornecedores Factoring	263 006,38				
- Fornecedores em recepção e conferência	7 145 457,58	7 069 472,98	10 373 375,62	2 260 853,82	-8 112 521,80
<b>TOTAL</b>	<b>31 736 705,74</b>	<b>27 306 303,50</b>	<b>32 444 729,04</b>	<b>7 849 737,03</b>	<b>-24 594 992,01</b>

CONTA	SALDO FINAL				VARIÇÃO 2016/2015
	2013	2014	2015	2016	
<b>261 - Fornecedores de Imobilizado</b>					
- Fornecedores C/C	2 598 971,64	945 611,14	436 930,96	177 247,81	-259 683,15
- Fornecedores com caução	246 320,10	264 972,70	323 207,03	78 568,05	-244 638,98
- Fornecedores em recepção e conferência	129 274,03	29 554,14	11 052,61	84 772,79	73 720,18
- Fornecedores com caução adjudicação	14 898,46			14 171,16	14 171,16
- Fornecedores Factoring	5 990 620,44	5 706 965,00	5 106 965,00		-5 106 965,00
<b>TOTAL</b>	<b>8 980 084,67</b>	<b>6 947 102,98</b>	<b>5 878 155,60</b>	<b>354 759,81</b>	<b>-5 523 395,79</b>

c) As contas de Fornecedores e Fornecedores de imobilizado foram apreciadas em conjunto. Foi efetuada circularização a um número significativo de terceiros, pedindo a confirmação de saldos.

Do saldo em dívida à data de 31/12/2016, destacam-se os fornecedores abaixo apresentados:

	2016			
	# 22.1	# 22.8	# 26.1	TOTAL
AGUAS LISBOA VALE TEJO S. A.	5 105 246	1 482 986		6 588 232
TREVO - TRANSPORTES RODOVIARIOS DE EVORA		46 361		46 361
EDP - SERVICO UNIVERSAL, SA	103 516			103 516
JOAQUIM FERNANDES MARQUES E FILHO, SOCIEDADE ANONIMA			121 364	121 364
SUMA - SERVIÇOS URBANIS E MEIO AMBIENTE		50 784		50 784
GALP POWER	173 125	186 624		359 749
CAUÇÕES (DIVERSAS ENTIDADES)			92 568	92 568
<b>TOTAL</b>	<b>5 381 888</b>	<b>1 766 755</b>	<b>213 932</b>	<b>7 362 575</b>
<b>TOTAL CONTA NO BALANCETE DEZEMBRO</b>	<b>5 588 883</b>	<b>2 260 854</b>	<b>354 760</b>	<b>8 204 497</b>
%	96,30%	78,15%	60,30%	89,74%



d) Os empréstimos obtidos apresentam a seguinte evolução:

CONTA	2015	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	2016	2016		GARANTIAS	ACRÉSCIMO	ACRÉSCIMO	PAGAMENTO	GASTOS
					2015	2016		2016	FINANCIAMENTO		
					CURTO PRAZO	M/LONGO PRAZO					2016
<b>Empréstimos M/L Prazo</b>											
Empréstimo 9015/006934/991	2 488 455,31		126 976,39	2 361 478,92	129 915,13	2 231 563,79	2 831 000,00	3 736,58	3 607,26	89 374,33	89 245,01
Empréstimo "Prog. Pagar a Tempo e Horas"	877 178,40		375 933,60	501 244,80	250 622,40	250 622,40		8 621,61	351,54	15 693,74	7 423,67
Empréstimo PREDE	3 234 284,80		1 212 856,80	2 021 428,00	808 571,20	1 212 856,80		21 502,45	1 067,31	45 728,44	25 293,30
Empréstimo PAEL	28 434 249,12		1 624 814,24	26 809 434,88	1 624 814,24	25 184 620,64		118 418,05	111 037,84	923 559,78	916 179,57
Empréstimo Saneamento (CGD)		14 375 000,00		14 375 000,00	276 442,31	14 098 557,69			57 411,68	83 927,64	141 339,32
Empréstimo Saneamento (BPI)		14 375 000,00		14 375 000,00	238 752,03	14 136 247,97	14 375 000,00		55 473,30	63 789,06	119 262,36
Empréstimo Saneamento (CA)		3 750 000,00		3 750 000,00	72 115,39	3 677 884,61			14 847,42	23 489,59	38 337,01
<b>TOTAL</b>	<b>35 034 167,63</b>	<b>32 500 000,00</b>	<b>3 340 581,03</b>	<b>64 193 586,60</b>	<b>3 401 232,70</b>	<b>60 792 353,90</b>	<b>17 206 000,00</b>	<b>152 278,69</b>	<b>243 796,35</b>	<b>1 245 562,58</b>	<b>1 337 080,24</b>

O mapa de empréstimos incluído na prestação de contas está de acordo com os valores apurados contabilisticamente, e conciliados com as provas obtidas.

O saldo final dos empréstimos contratados em instituições financeiras, foi conciliado com base no mapa de responsabilidades do Banco de Portugal e procedimentos alternativos.



**ROSÁRIO, GRAÇA  
& ASSOCIADOS  
SROC, LDA.**

Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho ROC n.º 658 | Manuel Luís Graça ROC n.º 758 | Andreia Isabel Inácio Teles ROC n.º 1503  
Andreia Isabel Cardinho Santinho ROC n.º 1665 | João Pedro de Carvalho Modas.

e) A conta de Estado e outros entes públicos, com valores passivos, decompõe-se como segue:

CONTA		SALDO FINAL			
		2013	2014	2015	2016
<b>24</b>	<b>Estado e Outros Entes Públicos</b>				
242	- Retenção de impostos s/rendimento				
2421	- Trabalho dependente	333 362,00	107 304,00	312 629,00	103 949,00
2422	- Trabalho independente	5 487,34	170,41	2 167,57	1 368,08
2424	- Prediais	7 029,06	2 310,00	5 610,00	1 650,00
2425	- Sobretaxa extraordinária de IRS	22 389,00	6 329,00	19 822,00	2 334,00
2429	- Outros	136,00	271,00		
243	- IVA				6 329,45
244	- Restantes impostos	467,29	10,00	5,00	215,38
245	- Contribuições p/Seg.Social	788 714,18	590 867,82	306 960,81	361 871,85
<b>TOTAL</b>		<b>1 157 584,87</b>	<b>707 262,23</b>	<b>647 194,38</b>	<b>477 717,76</b>

O pagamento de impostos tem vindo a ser efetuado nos prazos previstos.

f) Em 2014, conforme ofício emitido pela DGAL – Realização do capital social do Fundo de Apoio Municipal, contabilizou-se 1.507.423,18€, a título de unidades de participação, nos termos da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, a qual aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal (RJRFM), tendo sido cumprido o plano de realização firmado, apresentando um valor em dívida de:

<b>2016</b>	Curto prazo	215 346,00 €	<b>a pagar em 2017</b>
	Médio e longo prazo	861 385,18 €	<b>a pagar em anos seguintes</b>
	<b>TOTAL</b>	<b>1 076 731,18 €</b>	

g) A conta Credores diversos – Outros (#26.8.9), no montante total de 23.451,84 € diz respeito essencialmente, ao valor das cauções do MME (16.084,47€) decorrente do processo de integração da participada, por internalização da mesma.

h) Os adiantamentos por conta de vendas correspondem às entregas por conta de futuras escrituras de compra e venda de terrenos, no montante de 307.941,94€.

### 6.3.8 Acréscimos e diferimentos passivos

#### Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 31/12/2016;
- Apreciação das estimativas efetuadas pelo Município.

#### Comentários

a) Subjacente ao princípio da especialização dos exercícios, tal como é verificado no ativo, surge também no passivo os acréscimos e diferimentos, subdividindo-se em acréscimos de custos e proveitos diferidos, sendo a sua composição em 2016 a seguinte:

CONTA		SALDO FINAL			
		2013	2014	2015	2016
<b>27</b>	<b>Acréscimos e diferimentos</b>				
<b>273</b>	<b>- Acréscimos de custos</b>	<b>2 906 222,36</b>	<b>3 317 627,02</b>	<b>2 908 959,04</b>	<b>2 861 809,02</b>
	- Remunerações a liquidar	2 231 416,07	2 216 163,73	2 197 174,97	2 168 177,37
	- Juros a liquidar	47 402,27	459 455,76	152 278,69	243 796,35
	- Outros acréscimos de custos	627 404,02	642 007,53	559 505,38	449 835,30
<b>27.4</b>	<b>- Proveitos diferidos</b>	<b>15 148 102,08</b>	<b>16 628 112,90</b>	<b>18 263 026,57</b>	<b>17 624 812,09</b>
	- Terrenos - Direito de Superfície	341 441,70	694 370,86	662 581,02	596 595,68
	- Subsídios para investimento	14 806 660,38	15 909 484,89	17 585 768,09	17 015 275,93
	- Outros proveitos diferidos		24 257,15	14 677,46	12 940,48
<b>TOTAL</b>		<b>18 054 324,44</b>	<b>19 945 739,92</b>	<b>21 171 985,61</b>	<b>20 486 621,11</b>

b) Reconheceram-se acréscimos e diferimentos passivos respeitantes a:

- **Acréscimos de custos (#27.3):**
  - ✓ Remunerações respeitantes ao ano de 2016, cujo pagamento ocorreu ou irá ocorrer em 2017, nomeadamente, férias e subsídios de férias, encargos sobre as mesmas e horas extraordinárias e ajudas de custo;
  - ✓ Valor de juros a liquidar, respeitantes aos empréstimos bancários;
  - ✓ Encargos de cobrança e reembolsos dos impostos dezembro de 2016, recebidos em janeiro de 2017;
  - ✓ Visto de contas, pelo Tribunal de Contas;
  - ✓ Restituição de IMI, à Habévora, conforme reunião de 08/10/2008 (180.047,29€).

• **Proveitos Diferidos (#27.4):**

**Terrenos - Direito de superfície e Outros**

O valor de 563.995,68€ corresponde ao valor de contratos de cedência de terreno e em direito de superfície, os quais são imputados a proveitos de acordo com os referidos contratos, independente do seu recebimento ter ocorrido no exercício.

	2014	2015	2016
<b>CEDÊNCIA EM DIREITO DE SUPERFÍCIE</b>			
PCTA	336 447,86	331 454,02	285 664,68
GLINIT ENERGY, SA	304 323,00	291 327,00	278 331,00
<b>OUTROS PROVEITOS DIFERIDOS</b>			
JOSÉ ANTÓNIO MARREIROS	53 600,00	39 800,00	32 600,00
<b>TOTAL</b>	<b>640 770,86</b>	<b>622 781,02</b>	<b>563 995,68</b>

**Subsídios ao investimento**

A reposição de subsídios está a ser processada mensalmente, sendo a transferência contabilizada em resultados do exercício

PROVEITOS DIFERIDOS	2015	AUMENTOS	REPOSIÇÃO/ REDUÇÃO	2016
<b>Subsídios para investimento</b>				
- Outras	143 784,82		28 756,97	115 027,85
- FEDER	1 706 895,62		341 379,12	1 365 516,50
- Turismo de Portugal - Valor. Aqueduto Água de Prata	40 967,75		292,09	40 675,66
- Pavilhão Multiusos - Praça de Touros	1 546 187,50		21 450,00	1 524 737,50
- Remodelação rede de água - Azaruja	69 320,86		22 447,48	46 873,38
- Ligação Piscinas Z.Oeste V.Alegre/est. Piscinas	188 592,48		23 372,63	165 219,85
- Rede Viária Principal da Cidade - 1ª Fase	866 359,87		122 309,62	744 050,25
- Escola do Rossio	34 674,22		501,92	34 172,30
- Escola do Bairro da Câmara	34 844,84		504,39	34 340,45
- Escola da Cruz da Picada	122 634,63		1 775,17	120 859,46
- Escola da Vista Alegre	86 754,77		1 255,80	85 498,97
- Escola da Senhora da Glória	87 711,90		1 269,66	86 442,24
- Escola da Horta das Figueiras	74 166,06		1 073,57	73 092,49
- Escola do Frei Aleixo	83 742,16		1 212,19	82 529,97
- Expansão do PTE	991 019,36		99 214,71	891 804,65
- Aeródromo Municipal - 3ª Fase	189 730,17		15 701,81	174 028,36
- URBCOM	182 118,74		58 935,51	123 183,23
- Restauro do Convento dos Remédios 1ª Fase	286 164,41		46 988,18	239 176,23
- Restauro do Convento dos Remédios 2ª Fase	166 112,00		23 428,61	142 683,39
- Escola EB1/JI do Bacele	1 585 868,32		22 701,82	1 563 166,50
- Escola EB1/JI dos Canaviais	1 147 249,85		14 054,93	1 133 194,92
- Loteamento Aeronáutico D'Évora	1 946 536,50		181 595,38	1 764 941,12
- Beneficiação de EM526 (N.ª S.ª Machede)	735 244,30		77 955,72	657 288,58
- Requalificação das Piscinas Municipais	182 369,60		6 086,08	176 283,52
- Escola EB1 André de Resende	3 807 177,37	422 287,36	674,46	4 228 790,27
- Tecnopolo PCTA	647 479,62			647 479,62
- MME obras em curso	632 060,37		12 949,53	619 110,84
- Reabilitação Av. Túlio Espanca (EN114)		135 107,83		135 107,83
<b>TOTAL</b>	<b>17 585 768,09</b>	<b>557 395,19</b>	<b>1 127 887,35</b>	<b>17 015 275,93</b>



### 6.3.9 Provisões para cobranças duvidosas e contingências

#### Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 31/12/2016;
- Solicitação de eventuais contingências resultantes de processos judiciais em curso a Advogados;
- Apreciação dos documentos da prestação de contas de 2016 relativos à área de provisões e contingências.

#### Comentários

a) As provisões e contingências (#29) sofreram a seguinte oscilação:

PROVISÕES	2015	CONSTITUIÇÃO e/ou REFORÇO	REDUÇÃO	2016
<b>ATIVO</b>				
- Para cobranças duvidosas - Clientes	4 447 288,51	501 950,08	3 080 787,80	1 868 450,79
- Para cobrança duvidosa - Utentes				
- Para cobrança duvidosa - Outros devedores	696 939,59		47 818,56	649 121,03
- MME - Cobranças duvidosas	65 460,00	10,00		65 470,00
- Débitos ao Tesoureiro	198 144,33		198 144,33	
- Publicidade	74 600,00			74 600,00
- Empréstimos Concedidos FAME	87 303,61	2 661,68	9 902,00	80 063,29
<b>TOTAL ATIVO</b>	<b>5 569 736,04</b>	<b>504 621,76</b>	<b>3 336 652,69</b>	<b>2 737 705,11</b>
<b>PASSIVO</b>				
- Processos judiciais em curso	1 309 800,57		295 285,95	1 014 514,62 €
<b>TOTAL PASSIVO</b>	<b>1 309 800,57</b>		<b>295 285,95</b>	<b>1 014 514,62</b>
<b>TOTAL</b>	<b>6 879 536,61</b>	<b>504 621,76</b>	<b>3 631 938,64</b>	<b>3 752 219,73</b>

b) Para reforço de provisão para cobrança duvidosa, foi tido em conta as dívidas de terceiros que estejam em mora e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado.

c) Foram enviadas cartas a Advogados/Juristas, a solicitar eventuais contingências resultantes de processos judiciais em curso, de forma a conciliar os valores contabilizados no Município. As respostas obtidas quanto a eventuais responsabilidades futuras originaram uma redução 295.285,95€, quanto a provisões de processos judiciais em curso. Os mesmos discriminam-se da seguinte forma:

Acções em curso	2016
RUIDO - FAB ALU E TRANSP MATERIAIS	15 000,00 €
EVORAREGIS	397 851,24
PROGITAPE	21 780,00
PARVALOREM	549 883,38
EPUR	30 000,00
<b>TOTAL</b>	<b>1 014 514,62</b>

### 6.3.10 Custos e perdas

#### Conta 61 – CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

O custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas reflete, o valor da água processada para venda e consumos de matérias-primas, subsidiárias e de consumo.

	2013	2014	2015	2016
Água	6 464 906,87	3 491 984,25	2 510 924,85	2 649 684,66
Matérias primas	151 614,28	148 265,26	101 166,24	122 487,79
Matérias subsidiárias	196 782,00	207 954,13	225 137,01	213 427,21
Lubrificantes e combustíveis	60 941,32	71 745,07	18 330,95	160 273,00
Ferramentas e utensílios	31 311,30	32 575,74	32 808,80	36 923,34
Limpeza, higiene e conforto	86 574,53	79 496,68	93 615,09	96 465,13
Outros	155 677,46	66 456,86	86 796,70	203 310,22
<b>TOTAL</b>	<b>7 147 807,76</b>	<b>4 207 842,75</b>	<b>3 247 335,52</b>	<b>3 482 571,35</b>

	2015	2016
+ Existências iniciais	967 060,83	984 201,85
+ Compras	3 301 205,94	3 708 616,68
+/- Regularização de existências	-36 729,40	-141 534,22
- Existências finais	984 201,85	1 068 712,96
<b>= Custo mercadorias vendidas e mat. consumidas</b>	<b>3 247 335,52</b>	<b>3 482 571,35</b>



**ROSÁRIO, GRAÇA  
& ASSOCIADOS  
SROC, LDA.**

### Conta 62 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

CONTA		2013	2014	2015	2016	Variação 2016/2015	2016 Peso (%)
621	Subcontratos			2 675 395,70	2 515 032,98	-160 362,72	23,32%
62211	Electricidade	1 676 600,45	1 742 301,70	1 610 293,73	2 066 630,96	456 337,23	19,16%
62212	Combustíveis	484 656,05	410 707,87	368 922,10	65 136,90	-303 785,20	0,60%
62213	Água para consumo	9 176,73	12 971,13	6 675,62	4 752,97	-1 922,65	0,04%
62214	Outros fluidos	22,26					
62215	Ferramentas e utensílios		199,88	30,45		-30,45	
62216	Livros e documentação técnica	13,90		1 600,60		-1 600,60	
62217	Material de escritório	1 905,81	1 915,60	2 670,66	985,46	-1 685,20	0,01%
62218	Artigos para oferta	3 076,11	256,20	1 309,84	2 808,91	1 499,07	0,03%
62219	Rendas e alugueres	443 731,43	432 073,11	417 728,67	490 390,67	72 662,00	4,55%
62220	Aterro sanitário	1 223 253,49	1 151 561,54	1 052 454,01	1 005 512,48	-46 941,53	9,32%
62221	Despesas de representação			221,56		-221,56	
62222	Comunicação	349 291,84	374 580,39	400 786,53	407 541,87	6 755,34	3,78%
62223	Seguros	86 911,87	194 432,69	98 248,14	174 018,00	75 769,86	1,61%
62225	Transportes mercadorias		173,50	17 079,62	12 277,43	-4 802,19	0,11%
62227	Deslocações e estadas	9 365,14	17 536,09	23 316,26	21 316,71	-1 999,55	0,20%
62229	Honorários	7 720,05	61 825,83	99 514,48	111 160,18	11 645,70	1,03%
62230	Produtos químicos e farmacêuticos	1 673,88	1 026,36	2 202,91	1 778,21	-424,70	0,02%
62231	Contencioso e notariado	9 752,00	7 777,00	6 509,76	3 802,08	-2 707,68	0,04%
62232	Conservação e reparação	76 059,37	104 378,89	137 830,07	145 342,84	7 512,77	1,35%
62233	Publicidade e propaganda	24 010,85	35 916,53	47 432,36	61 075,22	13 642,86	0,57%
62234	Limpeza higiene e conforto	100 422,58	9 113,02	54 246,86	154 303,11	100 056,25	1,43%
62235	Vigilância e segurança	196 291,04	282 771,29	304 293,69	336 298,03	32 004,34	3,12%
62236	Trabalhos especializados	408 277,59	461 869,22	596 751,57	548 899,58	-47 851,99	5,09%
62237	Transportes escolares	95 638,48	4 347,81	200 669,54	267 944,50	67 274,96	2,48%
62251	Alimentação - Refeições	73 405,98	58 393,67	50 368,41	52 096,47	1 728,06	0,48%
62252	Alimentação - Géneros para confeccionar	490,49	1 116,74	937,59	861,48	-76,11	0,01%
62253	Material de educação, cultura e recreio	21,00		1 051,82		-1 051,82	
62255	Formação	19 819,17	9 962,09	9 519,37	15 959,88	6 440,51	0,15%
62256	Cobrança Água - Serv. Prest. Pelas Juntas	3 828,10	1 617,20		7 796,10	7 796,10	0,07%
62257	Outro Material - Peças	103 224,50	124 949,38	59 303,12	73 346,78	14 043,66	0,68%
62258	Portes	37,27	38,13	40,16	300,52	260,36	
62259	Assistência Técnica	36 217,35	38 404,07	48 832,90	52 871,15	4 038,25	0,49%
62261	Direitos Autorais	5 708,60	4 637,60	7 456,68	8 693,44	1 236,76	0,08%
62290	Encargos de cobrança	217 057,80	209 620,12	189 603,82	178 217,23	-11 386,59	1,65%
62291	Encargos de cobrança de impostos	209 944,61	230 692,66	260 179,50	293 683,67	33 504,17	2,72%
62298	Outros FSE	1 380 269,99	4 468 381,21	1 274 171,34	1 703 481,07	429 309,73	15,80%
<b>TOTAL</b>		<b>7 257 875,78</b>	<b>10 455 548,52</b>	<b>10 027 649,44</b>	<b>10 784 316,88</b>	<b>756 667,44</b>	<b>100,00%</b>

Os fornecimentos e serviços externos oscilaram positivamente em 757 mil euros.

### Conta 63 – TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES

A conta de transferências e subsídios correntes variou de forma negativa em 99.786,47€, relativamente ao ano transato.

CONTA		2013	2014	2015	2016	Variação 2016/2015	2016 Peso (%)
<b>63</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES</b>						
<b>63.1</b>	<b>Transferências correntes concedidas</b>	<b>876 087,74</b>	<b>664 042,38</b>	<b>841 112,86</b>	<b>741 326,39</b>		
	- Municípios	179 832,44	10 463,99	553,32		-553,32	
	- Freguesias	302 183,00	201 148,68	401 633,28	306 787,52	-94 845,76	41,38%
	- Associações de Municípios	124 780,80	120 017,97	158 670,62	186 277,13	27 606,51	25,13%
	- Outros	104 008,21	229 589,16	174 572,88	146 525,90	-28 046,98	19,77%
	- Instituições particulares	77 030,60	21 183,28	0,00	14 386,82	14 386,82	1,94%
	- Instituições sem fins lucrativos	3 944,20	1 231,02	25 583,39	7 810,56	-17 772,83	1,05%
	- Famílias	84 308,49	80 408,28	80 099,37	79 538,46	-560,91	10,73%
<b>63.2</b>	<b>Subsídios correntes</b>	<b>220 572,72</b>	<b>73 229,58</b>				
	- Emp. Púb.Municipais e Intermunicipais	213 572,72	55 729,58				
	- Outros	7 000,00	17 500,00				
<b>TOTAL</b>		<b>1 096 660,46</b>	<b>737 271,96</b>	<b>841 112,86</b>	<b>741 326,39</b>	<b>-99 786,47</b>	<b>100,00%</b>

O valor das transferências e subsídios concedidos foi objeto de conciliação com a contabilidade orçamental, encontrando-se evidenciada nos mapas apresentados na conta de gerência, os montantes pagos no exercício de 2016.

### Conta 64 – CUSTOS COM O PESSOAL

Os custos com o pessoal sofreram a seguinte variação:

CONTA		2013	2014	2015	2016	Variação 2016/2015	2016 Peso (%)
<b>64</b>	<b>CUSTOS COM O PESSOAL</b>						
<b>641</b>	<b>Remunerações Órgãos Autárquicos</b>	<b>192 421,78</b>	<b>237 163,42</b>	<b>241 312,08</b>	<b>252 166,25</b>	10 854,17	1,41%
<b>64.2</b>	<b>Remunerações do pessoal</b>	<b>14 320 436,78</b>	<b>13 644 247,28</b>	<b>13 847 852,95</b>	<b>13 637 432,62</b>		
	- Remunerações base	11 454 418,91	11 162 449,45	10 080 602,93	9 895 669,49	-184 933,44	55,23%
	- Suplementos de remunerações	2 793 051,24	2 409 809,92	3 701 507,33	3 673 399,22	-28 108,11	20,50%
	- Prestações sociais directas	72 966,63	71 987,91	65 742,69	68 363,91	2 621,22	0,38%
<b>645</b>	<b>Encargos s/ Remunerações</b>	<b>3 646 667,55</b>	<b>3 743 069,33</b>	<b>2 925 082,43</b>	<b>3 487 051,26</b>	561 968,83	19,46%
<b>646</b>	<b>Seguros Acid.Trab.Doenças Prof.</b>				<b>89 943,96</b>	89 943,96	0,50%
<b>648</b>	<b>Outros Custos com o Pessoal</b>	<b>377 956,91</b>	<b>364 885,46</b>	<b>386 401,11</b>	<b>450 036,77</b>	63 635,66	2,51%
<b>TOTAL</b>		<b>18 537 483,02</b>	<b>17 989 365,49</b>	<b>17 400 648,57</b>	<b>17 916 630,86</b>	<b>515 982,29</b>	<b>100,00%</b>

Verifica-se que a conta de custos com o pessoal sofreu uma variação positiva. No ano de 2016, o Município teve uma redução 33 trabalhadores, sendo que nos últimos 4 anos a redução de efetivos foi de 100 trabalhadores.

Foram efetuados testes a processamentos de remunerações, tendentes a verificar a conformidade dos valores processados.

Da análise detalhada à rubrica de remunerações do pessoal – suplementos de remunerações (#64.2), verificam-se as seguintes oscilações:

Suplementos de remunerações	2013	2014	2015	2016	Varição
					2016/2015
Trabalho extraordinário	185 993,97	183 585,59	198 145,38	260 711,81	62 566,43
Trabalho em regime de turnos	172 816,81	171 535,36	169 030,99	180 875,96	11 844,97
Abono para falhas	35 000,46	34 745,97	38 136,40	39 323,25	1 186,85
Subsidio de refeição	1 080 506,42	1 077 786,26	1 052 400,47	1 011 334,20	-41 066,27
Ajudas de custo	39 137,70	43 069,01	38 020,55	22 322,07	-15 698,48
Senhas de presença	455,25	2 080,32	1 631,25	1 502,63	-128,62
Emolumentos notariais	3 758,36	3 438,72			
Representação	64 529,37	70 791,36	66 442,41	68 606,62	2 164,21
Subsidio de férias e Natal	879 454,61	472 721,80	1 768 624,35	1 744 958,52	-23 665,83
Remunerações por doença	294 898,25	323 669,33	340 920,84	301 913,28	-39 007,56
Abono de transporte				16 608,04	16 608,04
Outros suplementos e prémios	36 500,04	26 386,20	28 154,69	25 242,84	-2 911,85
<b>TOTAL</b>	<b>2 793 051,24</b>	<b>2 409 809,92</b>	<b>3 701 507,33</b>	<b>3 673 399,22</b>	<b>-28 108,11</b>

Subjacente ao princípio da especialização dos exercícios, foram efetuadas estimativas relativas ao subsidio de férias, férias, respetivos encargos (SS e CGA), ajudas de custo e horas extraordinárias.

#### Conta 66 – AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO

Apresenta uma variação adequada. Procedemos a testes de confirmação, através de cálculos aritméticos, considerando o CIBE- Cadastro de Inventário dos Bens do Estado, que define as taxas de amortização a aplicar.

#### Conta 65 – OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS

CONTA	2013	2014	2015	2016	Varição 2016/2015	2016 Peso (%)
<b>65 OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS</b>						
Imposto sobre o rendimento	43,56	164,24	46,86		-46,86	
IVA				1 896 412,32	1 896 412,32	100,00%
<b>TOTAL</b>	<b>43,56</b>	<b>164,24</b>	<b>46,86</b>	<b>1 896 412,32</b>	<b>1 896 365,46</b>	<b>100,00%</b>

Reflete no exercício de 2016, as regularizações de IVA necessárias ao processo de reembolso solicitado à AT.

#### Conta 68 – CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS

CONTA		2013	2014	2015	2016	Variação 2016/2015	2016 Peso (%)
<b>68</b>	<b>CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS</b>						
681	Juros Suportados	1 375 775,09	2 532 633,91	3 690 969,12	2 975 467,50	-715 501,62	79,56%
682	Perdas em entidades participadas	308 068,73	1 174 332,27		753 969,39	753 969,39	20,16%
684	Provisões para aplicações financeiras		36 564,35				
688	Outros	159 713,44	95 810,98	13 376,80	10 685,02	-2 691,78	0,29%
<b>TOTAL</b>		<b>1 843 557,26</b>	<b>3 839 341,51</b>	<b>3 704 345,92</b>	<b>3 740 121,91</b>	<b>35 775,99</b>	<b>100,00%</b>

Para além dos juros suportado, registou a perda verificada na extinção e liquidação de uma das participadas.

Quanto à conta #68.1 – Juros Suportados, procedemos ao controlo dos juros dos empréstimos, por cruzamento com o mapa de empréstimos apresentado na conta de gerência, não se tendo detetado incorreções, apenas uma afetação diferente dos juros do factoring. A mesma discrimina-se conforme se segue:

	2013	2014	2015	2016	Variação 2016/2015
Juros de Emp. Curto Prazo	82 188,48	108 643,22			
Juros de Emp. de ML Prazo	352 467,69	1 199 965,41	1 339 369,71	1 337 080,24	-2 289,47
Juros de Locação Financeira	8,21				
Juros de Factorings	594 629,45	390 696,62			
Juros de Confirming	188 059,42	6 696,03			
Juros de Mora	158 421,84	826 632,63	2 019 135,28	1 483 551,81	-535 583,47
Outros			332 464,13	154 835,45	-177 628,68
<b>TOTAL</b>	<b>1 375 775,09</b>	<b>2 532 633,91</b>	<b>3 690 969,12</b>	<b>2 975 467,50</b>	<b>-715 501,62</b>

#### Conta 69 – CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIAS

CONTA		2013	2014	2015	2016	Variação 2016/2015	2016 Peso (%)
<b>69</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CAPITAL</b>						
<b>69.1</b>	<b>Transferências capital concedidas</b>	<b>465 047,01</b>	<b>70 666,79</b>	<b>820 877,39</b>	<b>428 246,95</b>		
	- Freguesias	440 621,60	64 509,90	814 172,53	418 101,80	-396 070,73	9,35%
	- Associações de Municípios		3 655,39	4 234,09	7 403,90	3 169,81	0,17%
	- Outros	4 793,10					
	- Instituições particulares	648,42		787,50		-787,50	
	- Famílias	18 983,89	2 501,50	1 683,27	2 741,25	1 057,98	0,06%
<b>692</b>	<b>Dívidas Incobráveis</b>				<b>1 885 273,53</b>	<b>1 885 273,53</b>	<b>42,16%</b>
<b>693</b>	<b>Perdas em existências</b>	<b>15 459,48</b>	<b>19 349,64</b>	<b>51 060,10</b>	<b>144 947,04</b>	<b>93 886,94</b>	<b>3,24%</b>
<b>694</b>	<b>Perdas em imobilizações</b>	<b>40 279,89</b>	<b>479 191,83</b>	<b>485 927,52</b>	<b>409 366,79</b>	<b>-76 560,73</b>	<b>9,15%</b>
<b>695</b>	<b>Multas</b>	<b>1 446 660,98</b>	<b>134 393,58</b>	<b>615,13</b>	<b>541 457,04</b>	<b>540 841,91</b>	<b>12,11%</b>
<b>696</b>	<b>Amortizações/provisões</b>		<b>7 871,81</b>	<b>412 530,10</b>	<b>501 950,08</b>	<b>89 419,98</b>	<b>11,22%</b>
<b>697</b>	<b>Perdas exercícios anteriores</b>	<b>710 451,99</b>	<b>1 521 474,17</b>	<b>875 686,46</b>	<b>459 904,40</b>	<b>-415 782,06</b>	<b>10,28%</b>
<b>698</b>	<b>Outras</b>	<b>93 585,47</b>	<b>10 160,88</b>	<b>8 447,50</b>	<b>100 981,60</b>	<b>92 534,10</b>	<b>2,26%</b>
<b>TOTAL</b>		<b>2 771 484,82</b>	<b>2 243 108,70</b>	<b>2 655 144,20</b>	<b>4 472 127,43</b>	<b>1 816 983,23</b>	<b>100,00%</b>

Regista as transferências e subsídios de capital para as instituições, dívidas incobráveis, valor das perdas registadas em existências, decorrentes dos inventários efetuados, perdas em imobilizações por alienações ou abates, o valor das penalizações, provisões extraordinárias e perdas de exercícios anteriores e outras.

O mapa das transferências apresentado na conta de gerência está conciliado com a despesa paga apresentada na classificação económica ao nível da contabilidade orçamental.

### 6.3.11 Proveitos e ganhos

#### Conta 71 – VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Esta conta apresenta a desagregação abaixo.

CONTA		2013	2014	2015	2016	Variação 2016/2015	2016 Peso (%)
<b>71</b>	<b>VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS</b>						
<b>71.1</b>	<b>Vendas</b>						
	<b>Mercadorias</b>	<b>17 743,77</b>	<b>13 821,28</b>	<b>7 898,86</b>	<b>3 209,61</b>		
	- Animais		200,00	300,00	100,00	-200,00	
	- Plantas	1 055,90	1 140,29	1 345,45	1 782,73	437,28	0,02%
	- Cemitérios	16 687,87	12 480,99	6 253,41	1 326,88	-4 926,53	0,01%
	<b>Produtos acabados e intermédios</b>	<b>2 453 041,89</b>	<b>1 782 143,53</b>	<b>2 217 934,38</b>	<b>2 425 289,10</b>		
	- Agua	2 453 041,89	1 782 143,53	2 217 934,38	2 425 289,10	207 354,72	24,32%
	<b>Venda de Bens</b>	<b>111 783,16</b>	<b>199 328,65</b>	<b>10 484,38</b>	<b>41 205,18</b>		
	- Livros e documentação técnica				<b>1 473,26</b>	1 473,26	0,01%
	- Publicações, Impressos e Livros	5 275,17	3 462,98	2 134,92	143,77	-1 991,15	
	- Outros	106 507,99	195 865,67	8 349,46	39 588,15	31 238,69	0,40%
<b>71.2</b>	<b>Prestações de serviços</b>	<b>3 457 218,72</b>	<b>3 087 786,51</b>	<b>3 509 648,87</b>	<b>3 779 477,60</b>		
	- Saneamento	2 040 874,31	1 553 750,82	1 930 182,89	2 098 730,40	168 547,51	21,04%
	- Resíduos Sólidos	465 167,71	322 021,24	375 249,33	478 408,62	103 159,29	4,80%
	- Transportes escolares	37 722,83	32 614,85	21 661,18	16 664,81	-4 996,37	0,17%
	- Transportes colectivos de pessoas e mercadorias	921,28					
	- Trabalhos por conta particulares	39 476,72	43 835,71	48 941,02	42 726,85	-6 214,17	0,43%
	- Cemitérios	45 002,42	93 954,98	235 745,75	255 653,46	19 907,71	2,56%
	- Mercados e feiras	197 397,65	201 861,37				
	- Instalações						
	- Parques de Estacionamento	1 581,20	625 148,63	676 274,17	670 391,92	-5 882,25	6,72%
	- Serviços Sociais, recreativos, culturais e de desporto	119 061,04	115 028,96	104 770,31	137 401,53	32 631,22	1,38%
	- Outros Serviços	510 013,56	99 569,95	72 716,35	16 659,55	-56 056,80	0,17%
	- Outros			44 107,87	62 840,46	18 732,59	0,63%
<b>71.3</b>	<b>Rendas e alugueres</b>	<b>2 742 587,17</b>	<b>3 720 883,37</b>	<b>3 017 308,13</b>	<b>3 724 383,24</b>		
	- Habitação	4 799,96	5 330,66	5 075,75	5 299,18	223,43	0,05%
	- Edifícios	397 594,74	196 527,46	72 202,85	182 348,31	110 145,46	1,83%
	- Outros	2 340 192,47	3 519 025,25	2 940 029,53	3 536 735,75	596 706,22	35,46%
<b>TOTAL</b>		<b>8 782 374,71</b>	<b>8 803 963,34</b>	<b>8 763 274,62</b>	<b>9 973 564,73</b>	<b>1 210 290,11</b>	<b>100,00%</b>

Para as componentes de maior expressão associadas ao rédito, procedemos ao controlo dos registos mensais, face às listagens extraídas do sistema, tendo as mesmas sido conciliadas na sua materialidade.





**ROSÁRIO, GRAÇA  
& ASSOCIADOS  
SROC, LDA.**

Conta 72 – IMPOSTOS E TAXAS

CONTA		2013	2014	2015	2016	Variação 2016/2015	2016 Peso (%)
<b>72</b>	<b>IMPOSTOS E TAXAS</b>						
<b>72.1</b>	<b>IMPOSTOS DIRECTOS</b>	<b>9 487 660,29</b>	<b>10 004 397,51</b>	<b>11 527 129,20</b>	<b>12 740 848,02</b>		
	- IMI	5 102 915,22	6 646 516,41	7 243 918,64	7 344 738,07	100 819,43	51,85%
	- IMT	2 278 020,94	1 259 703,32	2 053 100,53	2 914 169,75	861 069,22	20,57%
	- Derrama	712 359,00	917 051,29	1 068 500,20	1 295 360,98	226 860,78	9,15%
	- Impostos abolidos	10 818,87	100,00				
	- IUC	1 383 546,26	1 181 026,49	1 161 609,83	1 186 579,22	24 969,39	8,38%
<b>72.2</b>	<b>IMPOSTOS INDIRECTOS</b>	<b>199 406,58</b>	<b>83 888,37</b>	<b>155 486,29</b>	<b>303 493,56</b>		
	- Loteamentos de obras	70 607,75	43 349,27	826,30	499,92	-326,38	
	- Publicidade	104 232,62	19 075,14	126 538,95	264 328,30	137 789,35	1,87%
	- Outros	24 566,21	21 463,96	28 121,04	38 665,34	10 544,30	0,27%
<b>72.4</b>	<b>TAXAS</b>	<b>864 755,36</b>	<b>1 646 462,28</b>	<b>1 614 876,68</b>	<b>1 247 421,63</b>		
	- Mercados e feiras	13 284,99	13 020,51	11 510,34	1 336,94	-10 173,40	0,01%
	- Loteamentos de obras	295 143,14	560 100,49	846 793,73	383 559,15	-463 234,58	2,71%
	- Ocupação Via Pública	476 559,29	967 513,72	556 926,87	547 816,54	-9 110,33	3,87%
	- Canídeos e gatídeos	2 415,77	4 342,56	3 515,67	3 364,10	-151,57	0,02%
	- Saneamento	629,18	1 260,44	26 582,36	64 370,56	37 788,20	0,45%
	- Águas - Taxas Associadas			51 853,86	118 838,22	66 984,36	0,84%
	- Outras	76 722,99	100 224,56	117 693,85	128 136,12	10 442,27	0,90%
<b>72.5</b>	<b>REEMBOLSOS E RESTITUIÇÕES</b>	<b>-416 171,34</b>	<b>-123 884,69</b>	<b>-138 575,09</b>	<b>-85 931,00</b>	52 644,09	-0,61%
<b>72.6</b>	<b>ANULAÇÕES</b>	<b>-996 314,97</b>		<b>-744 284,66</b>	<b>-42 286,24</b>	701 998,42	-0,29%
<b>72.8</b>	<b>OUTROS</b>	<b>4 866,23</b>	<b>770,43</b>	<b>239,34</b>	<b>642,58</b>	403,24	
<b>TOTAL</b>		<b>9 144 202,15</b>	<b>11 611 633,90</b>	<b>12 414 871,76</b>	<b>14 164 188,55</b>	<b>1 749 316,79</b>	<b>100,00%</b>

Os impostos diretos foram conciliados com os montantes recebidos/registados contabilisticamente e as declarações da Autoridade Tributária (AT), estando os mesmos concordantes. Para os valores de dezembro de 2016, apenas recebidos em janeiro de 2017, foi aplicado o princípio contabilístico da especialização do exercício.



#### Conta 74 – TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS OBTIDOS

CONTA		2013	2014	2015	2016	Variação 2016/2015	2016 Peso (%)
<b>74</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS E SUB.OBTIDOS</b>						
	<b>ORÇAMENTO DO ESTADO</b>	<b>16 698 834,83</b>	<b>15 883 769,14</b>	<b>16 832 140,13</b>	<b>16 524 695,31</b>		
	<b>Transferências Correntes</b>	<b>14 472 594,82</b>	<b>14 878 984,39</b>	<b>15 289 330,16</b>	<b>15 268 554,71</b>		
	- Fundo Coesão Municipal			53 220,40		-53 220,40	
	- Freguesias	2 266 756,62	2 127 836,32	2 122 468,29		-2 122 468,29	
	- FEF	7 795 442,00	8 612 049,00	8 169 149,02	8 791 684,52	622 535,50	52,62%
	- FSM	738 158,00	738 158,00	810 158,00	810 158,00		4,85%
	- Participação Variável IRS	2 728 149,00	2 538 680,00	3 139 148,00	3 014 594,00	-124 554,00	18,04%
	- Transportes escolares	72 600,00	72 600,00				
	- Outras	871 489,20	789 661,07	995 186,45	2 652 118,19	1 656 931,74	15,87%
	<b>Transferências de Capital</b>	<b>2 226 240,01</b>	<b>1 004 784,75</b>	<b>1 542 809,97</b>	<b>1 256 140,60</b>		
	- FEF	1 948 860,00	956 894,00	1 441 615,00	1 157 331,00	-284 284,00	6,93%
	- Coperação Técnica e Financeira	277 380,01	47 890,75	101 194,97	98 809,60	-2 385,37	0,59%
	- Outras						
	<b>FUNDOS E SERVIÇOS AUTONOMOS</b>	<b>164 438,77</b>	<b>221 146,36</b>	<b>186 133,42</b>	<b>111 281,83</b>	-74 851,59	0,67%
	<b>EXTERIOR</b>		<b>1 634,36</b>				
	<b>ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA</b>			<b>4 498,42</b>		-4 498,42	
	<b>EMPRESAS</b>	<b>30 895,12</b>	<b>57 359,34</b>	<b>78 157,57</b>	<b>70 523,43</b>	-7 634,14	0,42%
	<b>TOTAL</b>	<b>16 894 168,72</b>	<b>16 163 909,20</b>	<b>17 100 929,54</b>	<b>16 706 500,57</b>	<b>-394 428,97</b>	<b>100,00%</b>

Foram analisadas as guias de receita inerentes às transferências e conferidas as respostas obtidas das circularizações efetuadas, para além do mapa das transferências e subsídios recebidos.

#### Conta 78 – PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS

CONTA		2013	2014	2015	2016	Variação 2016/ 2015	2016 Peso (%)
<b>78</b>	<b>PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS</b>						
781	Juros Obtidos	174,39	664,24	207,86		-207,86	
782	Ganhos em entidades participadas	86 852,18	49 138,27	63 480,05	276 446,34	212 966,29	99,99%
788	Outros	79,59	33,28	131,50	15,81	-115,69	0,01%
	<b>TOTAL</b>	<b>87 106,16</b>	<b>49 835,79</b>	<b>63 819,41</b>	<b>276 462,15</b>	<b>212 642,74</b>	<b>100,00%</b>

A oscilação ocorrida de ganhos em entidades participadas é respeitante ao registo dos ganhos das entidades participadas, quanto à aplicação do método da equivalência patrimonial.

#### Conta 79 – PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS

CONTA		2013	2014	2015	2016	Variação 2016/2015	2016 Peso (%)
<b>79</b>	<b>PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS</b>						
792	Recuperação de dividas	298,48	339,37	134,84	121,45	-13,39	
793	Ganhos em existências	1 660,16	23 488,83	14 330,70	3 412,82	-10 917,88	0,04%
794	Ganhos em imobilizações	537 783,84	757 540,13	258 556,93	341 758,93	83 202,00	4,46%
795	Benefícios e penalidades contratuais	149 934,81	1 005 240,39	193 860,10	868 641,59	674 781,49	11,33%
796	Reduções de amortizações e provisões	161 511,54	2 157 431,78	1 771 757,46	3 633 896,83	1 862 139,37	47,41%
797	Ganhos exercícios anteriores	405 662,45	398 542,65	159 595,33	1 395 428,77	1 235 833,44	18,21%
798	Outros	2 127 057,57	1 235 505,33	1 185 906,95	1 421 230,33	235 323,38	18,54%
<b>TOTAL</b>		<b>3 383 908,85</b>	<b>5 578 088,48</b>	<b>3 584 142,31</b>	<b>7 664 490,72</b>	<b>4 080 348,41</b>	<b>100,00%</b>

Tal como o nome indica apresenta proveitos e ganhos extraordinários, não considerados operacionais. Traduz uma oscilação positiva, essencialmente, por via das reduções de amortizações e provisões, conforme se encontra discriminado no ponto 6.3.9) Provisões e Contingências, deste relatório.

Os outros proveitos (#79.8) assumem um valor significativo, representando essencialmente a reposição dos subsídios ao investimento, os quais assumem o valor de 1.129.701,81 €.

## 7. RÁCIOS, ENDIVIDAMENTO, PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO E RECEBIMENTOS EM ATRSO

### 7.1 Indicadores de Gestão

Com recurso a rácios económicos e financeiros, a situação económico-financeira do Município, no quadriénio de 2013 a 2016, é a seguinte:

Componente Económica	2013	2014	2015	2016
Custos e Perdas	51 034 559,26	49 719 911,17	46 916 578,57	52 183 221,02
Proveitos e Ganhos	38 327 684,99	42 388 509,01	42 026 572,18	48 845 933,23
Resultado Líquido do Exercício	-12 706 874,27	-7 331 402,16	-4 890 006,39	-3 337 287,79

Componente Financeira

	2013	2014	2015	2016
Ativo Fixo Líquido (Imobilizado)	210 682 643,32	202 612 377,78	200 806 829,33	193 199 831,53
Ativo Circulante Líquido *	10 503 273,32	7 824 672,10	8 525 211,49	9 529 236,62
Ativo Líquido Total	221 980 765,18	210 996 594,46	210 175 945,79	204 482 799,61
Fundos Próprios	118 861 917,39	111 611 693,54	109 896 503,69	107 826 876,87
Passivo M/L Prazos	38 125 487,77	39 906 583,52	35 034 167,63	61 653 739,08
Passivo C/ Prazo (exceto Acresc./Diferim. e Provisões)	44 290 306,02	37 925 970,31	42 763 488,29	13 501 047,93
Total Passivo	103 118 847,79	99 384 900,92	100 279 442,10	96 655 922,74
<b>Solvabilidade (Fundos Próprios / Passivo)</b>	115%	112%	110%	112%
<b>Autonomia Financeira (Fundos Próprios / Ativo Líq.)</b>	54%	53%	52%	53%
<b>Liquidez Geral (Ativo Circulante / Passivo C.P.)</b>	0,24	0,21	0,20	0,71
<b>Grau de dependência do ML Prazo (Div.ML Prazo/Ativo total)</b>	17,18%	18,91%	16,67%	30,15%
<b>Grau de Cobertura do Imobilizado (Fundos Próprios / Imob. Líq.)</b>	56%	55%	55%	56%
<b>Endividamento M/L Prazos (Empréstimos/Total Passivo)</b>	37%	40%	35%	64%

\* Ativo Circulante Líquido= Disp.+Div.Rec.C.P.+Existências

## 7.2 Endividamento/Dívida Total

Conforme definido no artigo 52.º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, do mesmo diploma legal, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

Define ainda o mesmo artigo 52º que a dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º da já referida Lei, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais, pelo que não apresenta para o efeito qualquer tipo excecional de dívida.

Do quadro a seguir apresentado podemos concluir que o valor total da dívida (Municípios e restantes entidades) se deve situar entre os 36 milhões e os 54 milhões de euros. A dívida do Município a 31/12/2016 ascende a cerca de 74,5 milhões de euros. Apesar de apresentar uma dívida total inferior ao permitido, face às condições excepcionais decorrentes do passado, verificou-se uma redução de dívida de 2,8 milhões de euros (- 3,56%), face a 2015 e no triénio de 2014 a 2016, uma redução de 9,4 milhões de euros. A variação do excesso da dívida foi de menos 21,05%.

Importa por isso definir critérios rigorosos de controlo da dívida de forma a minimizar efeitos de incumprimento indesejáveis e de responsabilidade financeira para efeitos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, conforme descreve o artigo 52º, nº 4.



**ROSÁRIO, GRAÇA  
& ASSOCIADOS  
SROC, LDA.**

Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho ROC n.º 658 | Manuel Luís Graça ROC n.º 758 | Andreia Isabel Inácio Teles ROC n.º 1503  
Andreia Isabel Cardinho Santinho ROC n.º 1665 | João Pedro de Carvalho Modas.

	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016
Receita corrente líquida cobrada	31 707 319	31 797 497	32 907 224	37 457 015	37 299 505	40 371 405
Média nos 3 exercícios	32 137 346					
Média nos 3 exercícios		34 053 912				
Média nos 3 exercícios			35 887 915			
1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos 3 exercícios anteriores			48 206 020	Limite da dívida total de operações orçamentais em 31/12/2014		
			51 080 868	Limite da dívida total de operações orçamentais em 31/12/2015		
			53 831 872	Limite da dívida total de operações orçamentais em 31/12/2016		
PASSIVO	99 812 609	96 005 704	103 118 848	99 384 901	100 279 442	96 655 923
(-) PROVISÕES	677 543	946 881	2 648 730	1 606 607	1 309 801	1 014 515
(-) ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	20 478 758	20 702 297	18 054 324	19 945 740	21 171 986	20 486 621
(-) ADIANTAMENTO POR CONTA DE VENDAS	1 028 615	238 801	319 471	212 462	304 980	307 942
(-) FUNDO DE APOIO MUNICIPAL				1 507 423	1 292 077	1 076 731
(-) OPERAÇÕES DE TESOURARIA	1 025 701	997 116	1 078 089	803 444	1 318 087	856 648
<b>TOTAL DÍVIDA ORÇAMENTAL (1)</b>	<b>76 601 992</b>	<b>73 120 609</b>	<b>81 018 234</b>	<b>75 309 224</b>	<b>74 882 512</b>	<b>72 913 465</b>

#### CONTRIBUIÇÃO DAS PARTICIPADAS

<b>TOTAL CONTRIBUIÇÕES (2)</b>	<b>2 812 352</b>	<b>2 439 977</b>	<b>2 315 794</b>	<b>1 538 708</b>
<b>DÍVIDA GLOBAL (1) + (2)</b>	<b>83 830 586</b>	<b>77 749 200</b>	<b>77 198 306</b>	<b>74 452 174</b>
<b>EXCESSO DE ENDIVIDAMENTO</b>	<b>-29 543 181</b>	<b>-26 117 439</b>	<b>-20 620 302</b>	
<b>10% MONTANTE EM EXCESSO</b>	<b>-2 954 318</b>	<b>-2 611 744</b>	<b>-2 062 030</b>	
<b>LIMITADA DÍVIDA EM 31/12/2016</b>		<b>74 794 882</b>	<b>74 586 563</b>	
<b>REDUÇÃO DE DÍVIDA</b>	<b>6 081 385</b>	<b>550 894</b>	<b>2 746 132</b>	
		<b>9 378 412</b>		

-3,56%

-21,05%

134 389  
valor de dívida inferior  
ao limite aceite

a) A diferença para a Ficha do Município emitida pela DGAL em 2016 apresenta outros valores que estão associados aos adiantamentos por conta de vendas e outros. Todavia a materialidade da diferença não é relevante para a análise.

### 7.3 Pagamentos em atraso, Prazo Médio de Pagamento e Recebimentos em atraso

À data de 31/12/2016, na consulta ao portal autárquico – pagamentos em atraso não se verificam valores em atraso e o prazo médio de pagamento é de 526 dias, assistindo-se à seguinte evolução:

ANOS		2012	2013	2014	2015	2016
DIAS	APURADO	590	755	635	500	526
	REDUÇÃO			120	135	
	AUMENTO		165			26

Apresentou declaração sobre os recebimentos em atraso num total de 3.443.534,64 € = (1.406.933,79 € de diversas atividades + 2.036.600,85 € de gestão de consumos de água).



**ROSÁRIO, GRAÇA  
& ASSOCIADOS  
SROC, LDA.**

A este valor acrescem as dívidas indicadas pela Autoridade Tributária e Aduaneira num total de 2.478.603,46 €, que apenas constam da declaração de recebimentos em atraso. Este procedimento resulta do facto da informação disponibilizada, pela AT ser insuficiente, nomeadamente quanto à probabilidade da sua boa cobrança. De referir que o valor sofreu um desagravamento face a 2014 de 12.271,56 € (-0,49%), mantendo-se sem alteração entre 2015 e 2016.

	2016	2015	2014
CA			325,59
MI	903 365,52	903 365,52	782 363,70
IMT	1 233 200,65	1 233 200,65	1 403 601,93
IUC	342 037,29	342 037,29	304 583,80
<b>TOTAL</b>	<b>2 478 603,46</b>	<b>2 478 603,46</b>	<b>2 490 875,02</b>
<b>DIMINUIÇÃO</b>		<b>-12 271,56</b>	
		<b>-0,49%</b>	

## 8. CONTABILIDADE DE CUSTOS

A contabilidade de custos é um processo que revela complexidade e, como qualquer processo desta natureza merece reflexão, face aos resultados apurados. Importa referir que este processo tem vindo a ser executado com dificuldades, mas com um melhor empenho, facto que se nos afigura ser de realçar. Reforça-se que o contributo de todos os serviços é imprescindível, para a obtenção de resultados fidedignos.

Com recurso à experiência adquirida nos anos de aplicação do normativo POCAL, quanto a esta matéria e, dada a alteração legislativa quanto ao sistema contabilístico (**SNC-AP**), a iniciar em **1 de janeiro de 2018**, propõe-se que sejam desenvolvidos todos os esforços para a implementação da norma **NCP 27 – Contabilidade de Gestão** e **NCP 25 – Relato por Segmentos**, de forma a dar cumprimento ao estabelecido para o futuro.

## 9. PROPOSTAS

Devem ter continuidade o trabalho que tem vindo a ser efetuado, no sentido de serem implementadas regras e alterados procedimentos que permitam:

- Uma adequada consolidação orçamental, com coerente estimativa de receitas e controlo integral do ciclo de despesa, para além do apuramento e utilização dentro dos limites permitidos dos fundos disponíveis e cumprimento das obrigações quanto ao prazo médio de pagamentos.
- Esforço na arrecadação de receita, sobretudo a corrente, de forma a permitir dar cumprimento à regra de equilíbrio orçamental, em cumprimento do disposto no art.º 40º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro. Considera-se assim necessária uma gestão adequada das receitas com as devidas restrições na assunção da despesa a contratualizar.
- Face ao valor da dívida apurada, os investimentos futuros devem pautar-se apenas pelos necessários e inadiáveis, ponderado o limite da dívida que a nova lei das finanças locais prevê.
- Atualização e monitorização adequada do regulamento de sistema de controlo interno, para além de melhorias ao nível do funcionamento dos serviços, visando a eficácia e a eficiência do Município.
- Continuidade dos procedimentos quanto ao sistema de faturação dos direitos a receber e consequente acompanhamento mensal dos recebimentos de clientes, contribuintes e utentes e outros devedores, cujo impacto se reflete na tesouraria do Município.
- Assistiu-se ao registo de património, verificando-se divulgação do não conhecimento de bens por registar, conforme nota ao balanço e à demonstração dos resultados (nota 2.14 do anexo).
- Continuidade na monitorização e complementaridade do Plano de Gestão de Riscos e Infrações Conexas para o ano de 2016.



**ROSÁRIO, GRAÇA  
& ASSOCIADOS  
SROC, LDA.**

## 10. OUTROS FACTOS

✓ De acordo com o previsto no POCAL, o Relatório de Gestão, apresenta uma descrição cronológica dos factos considerados relevantes ocorridos após o termo do exercício, assente nos seguintes pilares:

- Orçamento do Estado para 2017 e Lei de Execução Orçamental, para o mesmo exercício.
- LCPA – Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso.
- PAEL – Programa de Apoio à Economia Local – Relatório de Execução.
- Empréstimo de Saneamento Financeiro.
- Extinção de Empresas Municipais.
- Prestação de Contas ao Tribunal de Contas.
- Sistema de Normalização Contabilística – SNC-AP.
- Consolidação de Contas.

Apesar de todos os temas serem naturalmente relevantes para efeitos de relato e divulgação, merece a nossa atenção especial o tema da implementação do Sistema de Normalização Contabilística – SNC-AP.

Efetivamente com a publicação do normativo contabilístico assente no SNC-AP, com entrada em vigor em 1 de janeiro de 2018, através:

- Decreto-Lei, nº 192/2015, de 11 de setembro, que apresenta o seu articulado legislativo, traduz ainda:
  - ANEXO I – Estrutura concetual da informação financeira pública;
  - ANEXO II – Normas de contabilidade pública, compostas por:

NCP	1	Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras
NCP	2	Políticas Contabilísticas, Alterações em Estimativas Contabilísticas e Erros
NCP	3	Ativos Intangíveis
NCP	4	Acordos de Concessão de Serviços: Concedente
NCP	5	Ativos Fixos Tangíveis
NCP	6	Loações
NCP	7	Custos de Empréstimos Obtidos
NCP	8	Propriedades de Investimento
NCP	9	Imparidade de Ativos
NCP	10	Inventários
NCP	11	Agricultura
NCP	12	Contratos de Construção
NCP	13	Rendimento de Transações com Contraprestação
NCP	14	Rendimento de Transações sem Contraprestação
NCP	15	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
NCP	16	Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio
NCP	17	Acontecimentos Após a Data de Relato
NCP	18	Instrumentos Financeiros
NCP	19	Benefícios dos Empregados
NCP	20	Divulgações de Partes Relacionadas
NCP	21	Demonstrações Financeiras Separadas
NCP	22	Demonstrações Financeiras Consolidadas
NCP	23	Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos
NCP	24	Acordos Conjuntos
NCP	25	Relato por Segmentos
NCP	26	Contabilidade e Relato Orçamental
NCP	27	Contabilidade de Gestão

▪ Anexo III – Plano de Contas Multidimensional

- Manual de Implementação, elaborado pelo Comité de Normalização Contabilística Público (CNCP) da Comissão de Normalização Contabilística (CNC) (1 versão junho de 2016);
- Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho - Notas de Enquadramento ao Plano de Contas Multidimensional – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas;
- Portaria n.º 218/2016, de 9 de agosto – Regime Simplificado do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas,

não temos conhecimento de decisões para o não arranque dos trabalhos de transição que se impõem, de forma a dar suporte a uma correta aplicação do novo normativo contabilístico.

Acresce a recente Portaria n.º 128/2017, de 5 de abril, que vem definir a implementação de um plano de ação para a disseminação e implementação gradual e consistente do SNC-AP durante o ano de 2017.

Neste sentido importa começar a preparação da transição para este novo paradigma, dando especial atenção ao disposto na acima citada Portaria.



- ✓ Decorrente do Regulamento UE 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados deve ser desencadeado um plano de ação para a introdução e aplicação dos processos impostos pelo referido regulamento.

Por fim acrescentamos que face aos comentários e recomendações efetuadas ao longo do exercício, verificamos uma melhoria decorrente da introdução de procedimentos mais adequados, que importa dar continuidade. Para o efeito terão contribuído Todos os intervenientes na Gestão e restantes Recursos Humanos do Município, merecendo destaque a Equipa do departamento de administração e finanças, tendo-nos sido manifestado toda a disponibilidade para a continuidade dos trabalhos e melhoria contínua, em prol da transparência e *Accountability* na gestão pública.

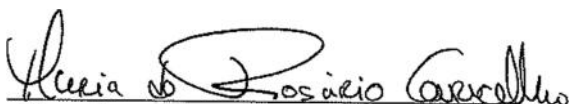
## 11. AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de realçar a disponibilidade dos Colaboradores, Dirigentes e Técnicos afetos à área financeira, que com empenho e reconhecido respeito, de uma forma célere e pronta nos facultaram resposta aos assuntos e acompanhamento dos procedimentos solicitados.

Por fim e ao finalizar este relatório, não queremos deixar de agradecer ao Sr. Presidente da Câmara e restantes Membros do Órgão Executivo, bem como a todos os Colaboradores dos Serviços do Município a colaboração que nos foi prestada e manifestar a nossa disponibilidade para prestar os esclarecimentos adicionais que sejam considerados convenientes.

Évora, 14 de abril de 2017

**Rosário, Graça & Associados, SROC, Lda.,**  
representada por Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho  
ROC n.º 658 – CMVM 20160302





**ROSÁRIO, GRAÇA  
& ASSOCIADOS  
SROC, LDA.**

## RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

**Exmos. Senhores**

**Membros do Órgão Deliberativo do Município de Évora**

Elaborámos o Relatório e Parecer sobre os documentos de prestação de contas apresentados pelo Órgão Executivo do Município de Évora, respeitantes ao exercício de 2016.

No âmbito das nossas funções acompanhámos, a gestão e atividade do Órgão Executivo Municipal, através de reuniões, da análise de diversa documentação e procedemos à revisão da contabilidade e documentação de suporte, por amostragem, tendo-se recebido as informações e esclarecimentos que solicitámos. Na qualidade de Revisor Oficial de Contas elaborámos: - o Relatório Anual sobre o Relatório de Gestão e sobre as demonstrações financeiras, aprovados pela Câmara Municipal e a Certificação Legal das Contas, cujos conteúdos se dão aqui por integralmente reproduzidos.

Os documentos de prestação de contas, elaborados de acordo com os registos contabilísticos e respetivas disposições legais aplicáveis, permitem efetuar com razoabilidade uma apreciação da situação orçamental, económico-financeira do Município, assim como dos resultados e fluxos de caixa alcançados.

O relatório de gestão está conforme as contas do exercício e refere, em termos gerais, os aspetos mais significativos da atividade desenvolvida, destacando os aumentos e reduções verificados nas contas, os investimentos realizados, o nível de Recursos Humanos, a situação económico-financeira em que se encontra.

Face ao exposto, nos documentos apresentados, merece destaque que:

- O Município não apresenta pagamentos em atraso. Face a 2015, apresenta um aumento de 26 dias, no prazo médio de pagamento, revelando 526 dias de atraso.
- O Município não cumpre a arrecadação da receita em 85%. Todavia no ano de 2016, conseguiu melhorar significativamente este indicador, passando a apresentar uma execução de 81,61%.
- Apresenta excesso de dívida, tendo-se verificado que se assistiu a uma redução de dívida de 2,8 milhões de euros (- 3,56%), face a 2015 e no triénio de 2014 a 2016, verifica-se uma redução de 9,4 milhões de euros. A variação do excesso da dívida foi de menos 21,05%. Todavia importa ainda ter em consideração que as demonstrações financeiras apresentam um valor elevado ao nível das provisões para riscos e encargos, situação que em sede de conclusão dos processos em curso, pode vir a representar dívida efetiva.

- De forma esperada, face ao processo de saneamento financeiro levado a cabo pelo Município, neste exercício passou a não dar cumprimento à regra de equilíbrio orçamental.
- Apresenta fundos disponíveis positivos a partir do mês de agosto.
- Dando continuidade aos procedimentos de contabilização dos compromissos futuros, apresenta declaração dos compromissos plurianuais existentes no final do exercício, no total de 81 milhões de euros.
- No balanço, as dívidas a terceiros, no que concerne a empréstimos bancários e outros credores, encontram-se desagregadas face à sua exigibilidade a curto prazo (até 12 meses) e a médio e longo prazo (> 12 meses) de acordo com as regras contabilísticas.

Assim, exceto quanto ao mencionado na Certificação Legal das Contas, somos de opinião que as demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2016 e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e legais aplicáveis, pelo que depois de aprovados pelo Órgão Executivo, poderão ser apreciados pela Assembleia Municipal.

Importa referir que face aos comentários e recomendações efetuadas ao longo do exercício, verificamos uma melhoria decorrente da introdução de procedimentos mais adequados, que importa dar continuidade. Para o efeito contribuiu a disponibilidade do Sr. Presidente da Câmara e restantes Membros do Órgão Executivo, bem como os Colaboradores dos Serviços do Município, merecendo destaque a Equipa do Departamento de Administração e Pessoal.

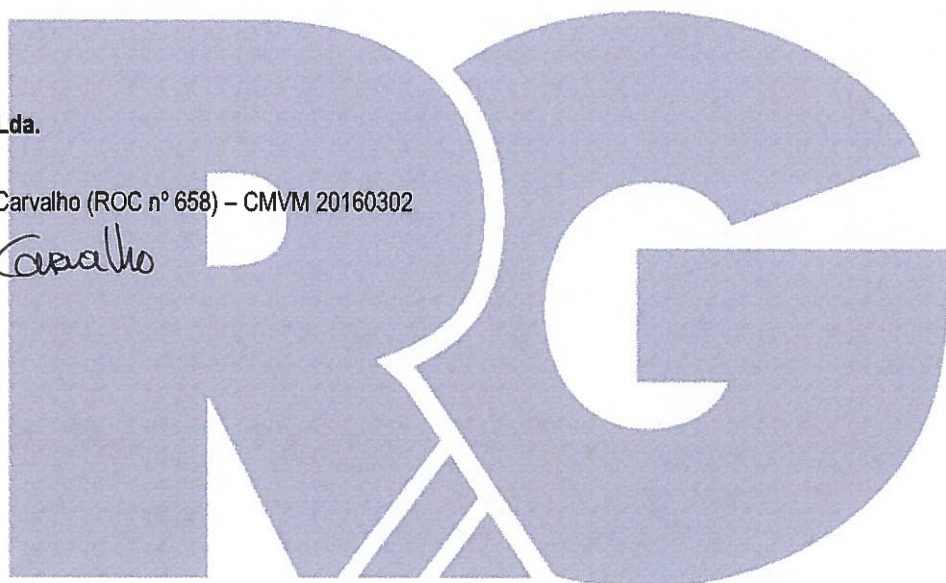
Resta-nos igualmente agradeceremos ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, bem como aos restantes Membros da Assembleia, manifestando a nossa disponibilidade para qualquer esclarecimento adicional que seja entendido por conveniente.

Évora, 19 de abril de 2017

**Rosário, Graça & Associados, SROC, Lda.**

Representada por  
Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho (ROC n.º 658) – CMVM 20160302

*Maria do Rosário Carvalho*





**ROSÁRIO, GRAÇA  
& ASSOCIADOS  
SROC, LDA.**

Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho ROC n.º 658 | Manuel Luís Graça ROC n.º 758 | Andreia Isabel Inácio Teles ROC n.º 1503  
Andreia Isabel Cardinho Santinho ROC n.º 1665 | João Pedro de Carvalho Modas.

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras do Município de Évora, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2016, (que evidencia um total de 204.482.799,61€ e um total de fundos próprios de 107.826.876,87€, incluindo um resultado líquido negativo de 3.337.287,79€), a Demonstração dos resultados por naturezas e os Mapas de execução orçamental (que evidenciam um total de 72.783.155,71€ de despesa paga e um total de 77.313.739,25€ de receita cobrada líquida) do exercício findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Município de Évora, em 31 de dezembro de 2016, o seu desempenho financeiro, os fluxos de caixa e a execução orçamental relativos ao ano findo naquela data de acordo com o referencial contabilístico assente no POCAL, o qual é aplicável às autarquias locais.

#### Bases para a opinião com reservas

Não são conhecidas demonstrações financeiras referentes à participada Évora Regis. Nas contas do Município, o valor da participação está evidenciado ao custo, ajustado por constituição de provisão no mesmo valor da participação (24.500€). Todavia, dado que a percentagem detida é significativa (49%), o desconhecimento das referidas demonstrações financeiras não permite avaliar eventuais responsabilidades a assumir por parte do Município de Évora, para além das registadas a título de provisão para riscos e encargos, num total de 397.851,24€.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

## Ênfases

Sem afetar a opinião acima, entendemos ser de relatar que:

- O Município não apresenta pagamentos em atraso. Face a 2015, apresenta um aumento de 26 dias, no prazo médio de pagamento, revelando 526 dias de atraso.
- O Município não cumpre a arrecadação da receita em 85%. Todavia no ano de 2016, conseguiu melhorar significativamente este indicador, passando a apresentar uma execução de 81,61%.
- Apresenta excesso de dívida, tendo-se verificado que se assistiu a uma redução de dívida de 2,8 milhões de euros (- 3,56%), face a 2015 e no triénio de 2014 a 2016, verifica-se uma redução de 9,4 milhões de euros. A variação do excesso da dívida foi de menos 21,05%. Todavia importa ainda ter em consideração que as demonstrações financeiras apresentam um valor elevado ao nível das provisões para riscos e encargos, situação que em sede de conclusão dos processos em curso, pode vir a representar dívida efetiva.
- De forma esperada, face ao processo de saneamento financeiro levado a cabo pelo Município, neste exercício passou a não dar cumprimento à regra de equilíbrio orçamental.
- Apresenta fundos disponíveis positivos a partir do mês de agosto.
- Dando continuidade aos procedimentos de contabilização dos compromissos futuros, apresenta declaração dos compromissos plurianuais existentes no final do exercício, no total de 81 milhões de euros.
- No balanço, as dívidas a terceiros, no que concerne a empréstimos bancários e outros credores, encontram-se desagregadas face à sua exigibilidade a curto prazo (até 12 meses) e a médio e longo prazo (> 12 meses) de acordo com as regras contabilísticas.

## Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão executivo é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro, os fluxos de caixa e a execução orçamental da Entidade de acordo com norma contabilística aplicável ao Setor Autárquico decorrente do POCAL;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;







**ROSÁRIO, GRAÇA  
& ASSOCIADOS  
SROC, LDA.**

Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho ROC n.º 658 | Manuel Luís Graça ROC n.º 758 | Andreia Isabel Inácio Teles ROC n.º 1503  
Andreia Isabel Cardinho Santinho ROC n.º 1665 | João Pedro de Carvalho Modas.

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão deliberativo é responsável por apreciar e votar o processo de prestação de contas e divulgação da informação financeira do Município.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

#### **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

##### **Sobre o relatório de gestão**

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Évora, 19 de abril de 2017

Rosário, Graça & Associados, SROC, Lda.,  
representada por

Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho  
(ROC n.º 658 – CMVM n.º 20160302)